

Sema S.m. *Lingüíst.*. Traço distintivo da substância do significado de um signo, relativo a determinado conjunto de semas; unidade mínima de significação; sema aplicativo; sema descritivo; sema genérico; sema específico; sema virtual.

Semântica (Do grego *semantiké*) S.f. 1. *Filol.*, Estudo das mudanças sofridas no tempo e no espaço pela significação das palavras. *Lingüíst.*, 1. O estudo do sentido dos significantes. 2. Estudo dos elementos da substância do significado e de sua combinatória. 3. Semasiologia.

Semanticista S. 2.g. Especialista em semântica.

Semântico (Do gr *semantikós*) Adj. 1. Relativo à significação, significativo. 2. Relativo à semântica.

Semasiologia (Do gr *semasia*) 1. Estudo das relações entre sinais e símbolos e o que representam. 2. *Filol.* V. semântica. 3. *Lingüíst.* O estudo do sentido das palavras, que parte do significante para estudar o significado (cf. onomasiologia). 5. Mecanismo do receptor na comunicação: dos signos expressos ao plano conceptual. ((Cf. onomasiológico)

Semasiológico Adj. Referente à semasiologia.

Semantema (Do gr *semant*, rad. de *semaíno* + *ema*) S.m. *Lingüíst.*. Elemento que encerra o significado da palavra. 2. Conjunto dos semas específicos de um semema.

Semema S.m. *Lingüíst.* Conjunto dos semas de um signo, ao nível semêmico do morfema, ou seja, a substância do significado.

Semia S.f. *Lingüíst.*, Substância do significado de uma lexia. 2. Substância do significado de um enunciado. 3. *Semia de discurso*. Substância do significado de um discurso.

Semiolingüística S.f. *Lingüíst.* Lingüística do discurso: ramo dos estudos semióticos.

Semiologia S.f. 1. Estudo dos signos e sinais utilizados na comunicação. 2. Estudo da vida dos signos no seio da vida social. 3. Parte da filosofia que estuda os problemas da significação, por oposição a *semiótica*, considerada como ciência.

Semiológico Adj. Relativo à semiologia.

Semiose S.f. *Lingüíst.* e *Semiót.* Processo instaurador da relação intra-signica na construção dos

objetos culturais, lingüísticos ou não.

Semiótica (Do gr *semeiotiké*) S.f. 1. O mesmo que semiologia. 2. Estudo e descrição dos sinais de uma doença. 3. *Lingüíst.* Ciência que estuda os problemas da significação (por oposição a *semiologia*); ciência da significação; ciência que estuda os sistemas de significação. 4. *Semiótica (humana)*: conjunto dos sistemas semióticos utilizados pelo homem. 5. *Semiótica do discurso*: ramo da semiótica. *Semiótica jurídica*, *semiótica literária*, *semiótica plástica*, etc.

Semiótico Adj. Relativo à semiótica. 6. *Semiótica (função)* v. *significação*

Significação S.f. *Lingüíst.* Relação de dependência entre o significante e o significado, entre o plano da expressão e o plano de conteúdo: função semiótica. *Semiose*. 2. Relação entre as substâncias de significado de dois signos pertencentes a um conjunto dado. 3. Organização semiótica das experiências, que permite passar do sentido ao significado. 4. Relação signo-usurio.

Significado S.m. *Lingüíst.* Um dos dois componentes do signo, o que constitui a informação veiculada. Plano do conteúdo por oposição ao plano da expressão.

Significância S.f. *Lingüíst.* Plano de estudo dos elementos do significante e de sua combinatória.

Significante S.m. *Lingüíst.* Um dos dois componentes do signo: o que veicula a informação por meio de suportes audíveis ou visíveis. Plano da expressão por oposição ao plano de conteúdo.

Signo S.m. *Lingüíst.* Elemento do código, constituído pela relação de dependência significante-significado (função semiótica). Grandeza de um sistema semiótico. 2. Unidade de tratamento lingüístico, de dimensões variveis e definida por dois componentes necessários: significante e significado.

Semêmico Adj. *Lingüíst.*. 1. Relativo aos semas. 2. Relativo à substância de conteúdo do signo lingüístico. 3. Semêmico por oposição a *semântico*, como forma em oposição à substância. 4. (Universo) semêmico: sub-sistema lingüístico, estruturação do plano de conteúdo (por oposição a *femêmico*, estruturação do plano da expressão).

Inscrevem-se numa abordagem semiótica e na perspectiva do desenvolvimento de uma lingüística do discurso os dois textos apresentados neste livro: **Semiótica do Discurso Científico e Da Modalidade**. Contêm eles modelos e elaboram uma metalinguagem extremamente importante para os estudos sêmio-lingüísticos. Constituem sistemas coerentes e harmoniosos, de grande beleza teórica.

Semiótica do Discurso Científico parte da hipótese de que é possível lançar mão das estruturas narrativas, tais como foram inferidas do discurso literário, para com elas propor um modelo do discurso científico sustentado em ciências humanas, que dê conta de sua dinâmica e do processo de produção e transferência do saber científico. Toma por **corpus** o prefácio da obra de Georges Dumézil, **Naissance d'Archanges**. O discurso científico é, então, considerado como uma aventura cognitiva e apresentado como a narrativa da busca que realiza o sujeito discursivo, de um objeto de valor, no caso, um certo saber. Trata-se de uma narrativa complexa, que encerra duas outras. Na primeira, a narrativa do revés, o sujeito fracassa em sua busca do saber, por ter formulado mal sua hipótese; esse fracasso, no entanto, só faz valorizar sua segunda tentativa, em que, dotado de nova competência, consegue, finalmente, a conquista do objeto visado.

Da Modalidade, texto fundamental para a compreensão do pensamento greimasiano, pretende propor elementos para a elaboração de uma teoria das modalidades discursivas. Não se limita a uma simples reunião e consolidação de modelos dispersos em suas obras anteriores mas, ao contrário, constitui considerável enriquecimento, no plano da metalinguagem, e oferece precioso instrumental para as pesquisas sêmio-lingüísticas.

A.J.GREIMAS

SEMIÓTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO. DA MODALIDADE

monografias de semiótica e lingüística

Monografias de Semiótica e Lingüística I
Direção de Cidmar Teodoro Pais

SEMIÓTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO,
DA MODALIDADE

Impresso em 1976, no transcorrer do
Cinqüentenário das atividades da
EMPRESA GRÁFICA DA REVISTA DOS TRIBUNAIS S.A.
Rua Conde de Sarzedas, 38 — Tel. 33-4181/2/3 (PBX)
01512 — São Paulo, S.P., Brasil
pelo método offset, com filmes fornecidos pelo editor

A. J. GREIMAS

SEMIÓTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO. DA MODALIDADE

Tradução de
Cidmar Teodoro Pais

*Waldin Beirivotos
R. de Paulo Canelles 1200
Bela Vista USP.
Jekabsc 176*

G824s

Greimas, Algirdas Julien

Semiótica do discurso científico e Da modalidade; prefácio e tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo, Difel - Difusão Editorial S.A., Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística, 1976. XXVIII, 86 p. (Monografias de Semiótica e Lingüística, n.º 1)

1. Lingüística
2. Metodologia da pesquisa
3. Semiolingüística
4. Semiótica I. Título. II. Série.

DIFEL — DIFUSÃO EDITORIAL S.A.
SBPL — SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFESSORES DE LINGÜÍSTICA

Títulos dos originais franceses

*Un accident fréquent dans les sciences humaines (Analyse d'un texte
de Georges Dumézil). Pour une théorie des modalités*

MONOGRAFIAS DE SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA

A pesquisa em ciências humanas apresenta condições muito peculiares. Dentre os múltiplos fenômenos por que se interessa, raros são aqueles que podem ser submetidos à verificação direta, à experimentação, ao tratamento em laboratório. A construção e a validação dos modelos assume, desse modo, considerável importância e ocupa significativa proporção no processo da investigação, caracterizando-o nitidamente. Como todo discurso científico se fundamenta nos discursos anteriores, de que depende seu pleno desenvolvimento, impõe-se ao pesquisador informar-se continuamente - tarefa, na realidade, interminável - a respeito de uma produção científica que não cessa de crescer. A bibliografia, alentada e sempre renovada, desempenha nas "humanidades" um papel que seria impensável nas chamadas ciências naturais. Largo tempo exige a preparação do pesquisador e trabalhosa é a iniciação à pesquisa.

Conquanto sejam exaltantes as perspectivas desses estudos, em função de seu objeto, são, em verdade, limitadas as possibilidades de observação e a complexidade mesma do objeto acentua o caráter fragmentário de muitas de suas conclusões. O cientista é assim levado, naturalmente, a dedicar-se aos projetos interdisciplinares, terreno a um tempo fértil e escorregadio, em que mal se delineiam as fronteiras - se é

© Copyright 1976 de Algirdas Julien Greimas

Direitos exclusivos para a língua portuguesa
DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A.

Rua Marquês de Itu, 79 — CEP 01223
SÃO PAULO

Rua Pinheiro Guimarães, 29 — CEP 20000
RIO DE JANEIRO

que na realidade existem -, buscando nas disciplinas afins a fundamentação epistemológica, a instrumentação metodológica e a complementação dos modelos, que permitam preencher lacunas incômodas e avançar em direção à descoberta.

* Difícil é o caminho que conduz à maturidade científica e à segurança na investigação, numerosos os perigos que o cercam. Desliza-se, por vezes, inadvertidamente para a doxologia e para a análise impressionista, para o abuso na convocação da autoridade. O dogmatismo está à espreita, pronto a surpreender os incautos.

* A viabilidade das ciências humanas repousa, desse modo, na coerência e operacionalidade dos modelos, assim como na construção permanente de uma meta-linguagem que lhes sirva de instrumento de trabalho seguro. Como ciências que são, não procuram o hermetismo, antes evitam-no, na sua faina redutora, explicativa e simplificadora. Se recusam a facilidade das "terminologias" já feitas, isso se deve à preocupação do rigor, da seriedade, e ao receio que lhes inspirem as formulações superficiais e ambíguas, que trariam, inevitavelmente, grave dano à credibilidade de seus esforços.

A construção da meta-linguagem científica é indissociável da construção da própria ciência e a primeira condição de seu progresso. É ela que assegura também, logo de início, a liberdade do pesquisador.

Tão importante quanto a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas é a das teorias em que se inspiraram, da meta-teoria que lhes é subjacente, dos modelos que tomaram como ponto de partida, ou dos que elaboraram, já que são esses modelos, finalmente, que podem fecundar novos projetos, suscitar novas pesquisas.

Por assim pensar, a Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística, em Assembléia Geral realizada em Belo Horizonte, aos 16 de julho de 1975, durante a XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, votou, por unanimidade, se tomassem todas as medidas para a publicação, sob sua responsabilidade, de uma coleção científica ligada às áreas em que atuam seus membros, acreditando, desse

modo, dar uma contribuição válida, conquanto modesta, ao desenvolvimento da ciência.

Quase um ano decorrido, cumpre-se aquele mandato e vêm à luz as Monografias de Semiótica e Lingüística, em co-edição com a DIFEL - Difusão Editorial, S.A., de São Paulo. Destinam-se a publicar ensaios, dissertações, teses, trabalhos de pesquisa que, escolhidos pela importância de suas proposições teóricas ou pelo valor de suas aplicações, pela seriedade, pelo rigor do tratamento, pela atualidade de seus temas, possam tornar-se instrumento ou constituir estímulo para o desencadeamento de novos projetos científicos.

As Monografias de Semiótica e Lingüística pretendem oferecer, dessa maneira, um território comum para o intercâmbio e o diálogo criador de pesquisadores e docentes que se dedicam aos estudos de Lingüística Geral e Aplicada, Semiologia, Sociolingüística, Psicolingüística, Filosofia e Lógica da Linguagem - relação que não é, evidentemente, exaustiva - e que se interessam pelos multiformes aspectos do problema da linguagem, lingüística e não lingüística, da significação, da comunicação e da informação.

Cidmar Teodoro Pais.

PREFÁCIO

No desenvolvimento dos estudos lingüísticos, não tem vinte anos o tratamento estrutural dos problemas do significado e é ainda mais recente a criação da semiótica, entendida como projeto científico. Somente a partir dos estudos de Algirdas Julien Greimas e Bernard Pottier tornou-se possível a concretização de um velho sonho de Louis Hjelmslev, fazendo-se a extrapolação dos modelos fonológicos e da meta-linguagem que lhes correspondia, de modo a aplicá-los também ao plano do conteúdo. Assim, foi dado importantíssimo passo, cujas conseqüências epistemológicas e metodológicas ainda não puderam ser plenamente avaliadas. Surgiram, então, duas correntes, na realidade ligadas de certa maneira uma à outra, que poderíamos definir, talvez, à falta de melhor expressão, como pós-transformacionais. Constatada a inviabilidade de uma análise independente dos processos semânticos e sintáticos que deles pudesse dar conta satisfatoriamente, voltou a semântica a ocupar a posição que lhe cabia, nas ciências do homem, elaborando-se novos modelos, sintáxico-semânticos ou semântico-sintáticos, em que o semântico aparecia como determinante do sintáxico, e não o contrário.

* Criaram-se, assim, por exemplo, os modelos semêmicos, da semântica analítica, e os modelos actanciais, empregados, desde então, como se sabe, em lingüística frástica - no exame das estruturas contidas nos limites do enunciado simples - assim como em lingüística transfrástica, instituindo-se, pois, em termos científicos, uma lingüística do discurso. Desenvolveu-se desse modo, uma teoria das estruturas discursivas, das estruturas narrativas, validada inicialmente na narrativa literária e no conto popular.

Desse momento em diante, as numerosas pesquisas realizadas permitiram ~~extender~~ ainda mais o âmbito de utilização daqueles modelos. De um lado, as estruturas levantadas no estudo do discurso literário revelaram-se muitíssimo fecundas, no trato dos discursos lingüísticos não literários, levando a um melhor conhecimento de uns e de outros e à concepção de estruturas discursivas mais gerais.

* De outro lado, formulou-se a hipótese de trabalho de que os mesmos modelos e a mesma meta-linguagem seriam suscetíveis de aplicar-se na descrição das linguagens não lingüísticas, dos sistemas sígnicos não verbais. Verificada a aplicabilidade e a adequação desses modelos, observaram-se também as intersecções estruturais que apresentavam códigos lingüísticos, e não lingüísticos, ao nível das estruturas mais profundas, o que conduziu necessariamente à proposição do projeto semiótico, da semiótica como ciência da significação ou como ciência dos sistemas de significação. A lingüística passaria a definir-se, por conseguinte, como a ciência dos sistemas lingüísticos de significação, como um ramo da semiótica, aliás o mais importante, de vez que lhe fornecia os modelos teóricos, a meta-linguagem, os métodos de pesquisa, enfim, os instrumentos de trabalho.

É nessa perspectiva e na situação que esboçamos rapidamente, que devem inscrever-se os dois textos apresentados

neste livro: Semiótica do Discurso Científico e Da Modalidade. Contêm eles modelos e elaboram uma meta-linguagem extremamente importantes para os estudos sêmiolingüísticos. Constituem sistemas coerentes e harmoniosos, de grande beleza teórica.

Semiótica do Discurso Científico parte da hipótese de que é possível lançar mão das estruturas narrativas, tais como foram inferidas do discurso literário, para com elas propor um modelo do discurso científico, sustentado em ciências humanas, que dê conta de sua dinâmica e do processo de produção e transferência do saber científico. Toma por corpus o prefácio da obra de Georges Dumézil, Naissance d'Archanges. O discurso científico é, então, considerado como uma aventura cognitiva e apresentado como a narrativa da busca que realiza o sujeito discursivo, de um objeto de valor, no caso de um certo saber. Trata-se de uma narrativa complexa, que encerra duas outras. Na primeira, a narrativa do revés, o sujeito fracassa em sua busca do saber, por ter mal formulado sua hipótese; esse fracasso, no entanto, só faz valorizar sua segunda tentativa, em que, dotado de nova competência, consegue, finalmente, a conquista do objeto visado.

Impõe-se a distinção de dois discursos: o discurso da descoberta, o discurso interior conduzido pelo investigador, que compreende as narrativas do fracasso e da vitória, em que se instala uma estrutura polêmica, em que o ator "autor" sincretiza o sujeito e o anti-sujeito; o discurso da pesquisa, que é a sua manifestação escrita, e que se opõe, como discurso social, ao primeiro, individual.

São examinadas suas estruturas sintagmáticas, a hierarquia dos discursos cognitivo, referencial e objetivo, as modalidades intervenientes, a manipulação dos dados.

Discute-se, finalmente, o processo discursivo pelo qual

que na realidade existem -, buscando nas disciplinas afins a fundamentação epistemológica, a instrumentação metodológica e a complementação dos modelos, que permitam preencher lacunas incômodas e avançar em direção à descoberta.

* Difícil é o caminho que conduz à maturidade científica e à segurança na investigação, numerosos os perigos que o cercam. Desliza-se, por vezes, inadvertidamente para a doxologia e para a análise impressionista, para o abuso na convocação da autoridade. O dogmatismo está à espreita, pronto a surpreender os incautos.

* A viabilidade das ciências humanas repousa, desse modo, na coerência e operacionalidade dos modelos, assim como na construção permanente de uma meta-linguagem que lhes sirva de instrumento de trabalho seguro. Como ciências que são, não procuram o hermetismo, antes evitam-no, na sua faina reductora, explicativa e simplificadora. Se recusam a facilidade das "terminologias" já feitas, isso se deve à preocupação do rigor, da seriedade, e ao receio que lhes inspirem as formulações superficiais e ambíguas, que trariam, inevitavelmente, grave dano à credibilidade de seus esforços.

A construção da meta-linguagem científica é indissociável da construção da própria ciência e a primeira condição de seu progresso. É ela que assegura também, logo de início, a liberdade do pesquisador.

Tão importante quanto a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas é a das teorias em que se inspiraram, da meta-teoria que lhes é subjacente, dos modelos que tomaram como ponto de partida, ou dos que elaboraram, já que são esses modelos, finalmente, que podem fecundar novos projetos, suscitar novas pesquisas.

Por assim pensar, a Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, em Assembléia Geral realizada em Belo Horizonte, aos 16 de julho de 1975, durante a XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, votou, por unanimidade, se tomassem todas as medidas para a publicação, sob sua responsabilidade, de uma coleção científica ligada às áreas em que atuam seus membros, acreditando, desse

modo, dar uma contribuição válida, conquanto modesta, ao desenvolvimento da ciência.

Quase um ano decorrido, cumpre-se aquele mandato e vêm à luz as Monografias de Semiótica e Linguística, em co-edição com a DIFEL - Difusão Editorial, S.A., de São Paulo. Destinam-se a publicar ensaios, dissertações, teses, trabalhos de pesquisa que, escolhidos pela importância de suas proposições teóricas ou pelo valor de suas aplicações, pela seriedade, pelo rigor do tratamento, pela atualidade de seus temas, possam tornar-se instrumento ou constituir estímulo para o desencadeamento de novos projetos científicos.

As Monografias de Semiótica e Linguística pretendem oferecer, dessa maneira, um território comum para o intercâmbio e o diálogo criador de pesquisadores e docentes que se dedicam aos estudos de Linguística Geral e Aplicada, Semiologia, Sociolinguística, Psicolinguística, Filosofia e Lógica da Linguagem - relação que não é, evidentemente, exaustiva - e que se interessam pelos multiformes aspectos do problema da linguagem, linguística e não linguística, da significação, da comunicação e da informação.

Cidmar Teodoro Pais.

SUMÁRIO

página

Apresentação	VII
Prefácio	XI
SEMIÓTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO	
Introdução	
1. Explicação necessária	03
2. O Estatuto semiótico do prefácio	04
3. Organização textual	05
I. Discurso do saber e discurso da Pesquisa	
1. Discurso em atualização e discurso realizado	06
2. O discurso realizado e a competência do narratário	07
3. O discurso da pesquisa e a ausência do sujeito	08
4. A questão	10
II. A narrativa do revés	13
III. A narrativa da vitória	30
1. Aquisição da competência	32
2. A manipulação dialética	34
3. As performances cognitivas	36
4. A descoberta como evidência	42
5. Discurso da descoberta e discurso da pesquisa	45
6. Reflexão epistemológica	50
IV. À guisa de conclusão	52
DA MODALIDADE	
I. As estruturas modais simples	57
I.1. O ato	57
I.2. Os enunciados elementares	58
I.2.1. A transformação	59
I.2.2. A junção	60
I.3. Performance e competência	60
I.4. As modalizações translativas	62
I.4.1. As modalidades veredictórias	63
I.4.2. As modalidades factitivas	65

	página
I.5. Encadeamento das estruturas modais simples	66
II. As sobremodalizações	68
II.1. A competência e suas sobremodalizações	68
II.2. Inventário provisório	69
II.3. Categorização e denominação	70
II.4. Modalizações de sujeito e objeto	71
II.5. A abordagem sintagmática	73
II.6. Organização da competência pragmática	74
III. As confrontações modais	75
III.1. Modalizações aléticas	75
III.2. Modalizações deônticas e bulêuticas (volitivas) ..	80
III.3. Sistemas de regras e aptidões dos sujeitos	83
IV. Para concluir	86

SEMIÓTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO

(Análise de um texto de Georges Dumézil)

0. Introdução

1. Explicação necessária

O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos *discursos figurativos* (folclore, mitologia, literatura) suscitou esperanças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativas. Duas espécies de dificuldades surgiram a caminho. Percebeu-se, inicialmente, a complexidade dos discursos narrativos ditos literários e do papel que nelas desempenha a dimensão cognitiva, que se hipertrofia e chega a substituir, em numerosos textos “modernos”, a dimensão fatural. Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir uma gramática discursiva que não desse conta também dos *discursos não figurativos* - ou que assim o parecem -, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem.

Nesse domínio, seria impossível deixar de pensar primeiramente em Georges Dumézil, cuja contribuição às nossas pesquisas foi decisiva, e cujo discurso, sob a aparente simplicidade que se deve tanto à modéstia quanto à convicção do papel do pesquisador no processo de pesquisa, contém na realidade, processos ao mesmo tempo rigorosos e complexos, para os quais são chamadas a contribuir todas as astúcias da inteligência.

Seria necessário escolher, no conjunto de sua obra, um texto

representativo; somos grato ao autor pela gentileza que teve, de indicarnos aquele cuja elaboração lhe havia dado maior satisfação. Seria necessário ainda optar por uma entre duas formas possíveis de abordagem, entre a análise do conjunto do texto, que, muito embora permitisse, talvez, extrair certo número de características gerais, permaneceria necessariamente superficial, e a micro-análise de um fragmento textual, em que, colocados em evidência determinados mecanismos, alguns fatos seguros poderiam perder-se no labirinto das minúcias.

2. O estatuto semiótico do prefácio

Nossa escolha fixou-se, finalmente, no prefácio desta obra metodologicamente de capital importância, que é *Naissance d'Archanges* (nascimento de arcanjos), prefácio cujo caráter excepcional, fora do texto, é sublinhado pelo fato de ser dotado, separada e pleonasticamente, da assinatura do autor.

Não nos deixamos lograr pela armadilha que continha essa escolha. O prefácio não faz parte do corpo do livro. No eixo temporal, é um pós-fácio e se segue ao discurso de investigação e sua execução escrita. Seu estatuto é o de uma reflexão meta-discursiva sobre o discurso já produzido. Desse modo, uma primeira segmentação do discurso constituído pela obra separaria o prefácio do restante do texto, assim como o faria, ao mesmo tempo, em relação ao título e aos diferentes sub-títulos, propondo, dessa forma, a questão das relações que esses diferentes segmentos textuais mantêm entre si.

Admite-se que esse meta-discurso revela o que o próprio autor pensa de seu discurso, de sua finalidade e organização. Poder-se-ia perguntar ainda qual o exato valor dessa "elaboração secundária", tanto em relação ao discurso que pretende refletir como em relação à "verdade textual" que o autor inscreve, sem querer, em seu meta-discurso. Só poderíamos admirar-nos, por exemplo, diante da distância que existe entre a pobreza teórica dos néo-gramáticos do século XIX e a

complexidade rigorosa de sua *démarche* metodológica, que se desenvolve como se a ignorassem.

Se é interessante observar como o autor concebe o processo de produção do discurso da pesquisa, não o é menos seguir passo a passo a maneira pela qual *de conta* seu desenvolvimento. Percebe-se que as intenções alardeadas aí se encontram como que submersas por vagas de processos discursivos que dependem de um fazer e de uma escrita ditos científicos que as ultrapassam, porque são de natureza sociolectal et/ ou porque o autor as utiliza em nome de certa ética da pesquisa.

Embora visando à explicitação da concepção pessoal da pesquisa e da descoberta científica que constitui sua razão de ser - temos, por conseguinte, o direito de esperar encontrar, quando do exame do discurso-prefácio, certas regularidades características de todo discurso de vocação científica.

3. Organização textual

O prefácio que estamos examinando, enquanto texto escrito e impresso, divide-se em seis parágrafos, que podem facilmente ser agrupados em duas partes simétricas. Essa dicotomia se justifica pela recorrência do lexema "accident", contido na frase que termina o terceiro parágrafo:

"...*accident* fréquent dans les sciences dites humaines."
(... acidente freqüente nas ciências ditas humanas)

e que reaparece logo no começo do parágrafo seguinte:

"C'est également par *accident* que cette recherche ..."
(É igualmente por acidente que esta pesquisa ...)

Se se admite - como tentaremos demonstrar - que *accident* é a pa-

lavra chave do texto e que “également” sublinha certa equivalência entre as duas partes do prefácio, vê-se que este é consagrado à *narrativa de dois acidentes*: o primeiro, um acidente na pesquisa; o segundo, na vida do pesquisador.

Assim, a organização do texto, considerado em sua superfície, apresenta-se como uma articulação simples de $6 = 2 \times 3$, isto é, como uma projeção sintagmática das estruturas binária e ternária, tão caras ao autor.

O objeto de nosso trabalho – o exame do discurso da pesquisa obriga-nos a limitar a análise à primeira parte do prefácio, que ~~de~~ reproduziremos aqui, progressivamente, o texto instituídos em parágrafos:

“En observant la disposition de ce livre, les lecteurs auront le sentiment qu’il a été écrit pour répondre à la question suivante: “Qu’est devenu, dans la pensée religieuse de Zoroastre, le système indo-européen des trois fonctions cosmiques et sociales, avec les dieux correspondants?” C’est bien en effet le problème qui est ici présenté, mais il s’est substitué en cours de recherche à un tout autre énoncé.”

(Observando a disposição deste livro, os leitores terão a impressão de que foi escrito para responder à seguinte questão: “Em que se transformou, no pensamento religioso de Zoroastro, o sistema indo-europeu das três funções cósmicas e sociais, com os deuses que lhes correspondiam?” Com efeito, é bem esse o problema que é aqui apresentado, mas ele colocou-se, durante o desenvolvimento da pesquisa, no lugar de um enunciado completamente diferente).

I. Discurso do saber e discurso da pesquisa

1. Discurso em atualização e discurso realizado

Desde o primeiro parágrafo, aparece uma oposição, marcada por sua articulação em duas frases de diferente estrutura:

(a) Entre duas fases da produção do discurso, a do discurso realizado sob a forma escrita de um “livro” e apresentada como um objeto “observável” e aquela, anterior, em que o discurso é compreendido como um *processo*, como um “cours de recherche” e se encontra em estado de *atualização*;

(b) Entre duas formas discursivas, a primeira que o apresenta como um objeto do saber oferecido aos “leitores” instituídos como sujeito da frase, e a segunda, que, pela construção passiva, faz desaparecer o sujeito do fazer científico, procurando assim criar a imagem do discurso a fazer-se por si mesmo.

Essa concepção, aparentemente inocente, do discurso dado de início como processo de produção e, em seguida, como objeto produzido é sustentada por um jogo de construções sintáticas e semânticas muito mais sutil.

2. O discurso realizado e a competência do narratário

O enunciador, instalando em seu discurso um *actante de comunicação* “os leitores”, que se pode designar como *narratário* (1), procede a uma *delegação* da palavra que lhe permite expor certa concepção da pesquisa sem por isso assumir-lhe diretamente a responsabilidade. O actante narratário assim instituído não é uma simples figura de retórica; ao contrário, é dotado pelo enunciador de certo número de *competências*:

(1) Retomando, por nossa conta, o termo *narratário*, proposto por G. Genette, sugerimos completar a terminologia da enunciação, introduzindo um par de *actantes* pressupostos e implícitos: *enunciador* / *enunciatário*, distinguindo-os assim dos actantes *narrador* / *narratário*, instalados e manifestados no discurso através do processo de *débrayage* actancial.

- (a) A competência que pode ser atribuída a todo *enunciatório*, que lhe permite exercer
- um *fazer informativo* (os leitores “observam” a disposição do livro);
 - um *fazer informativo* (eles são suscetíveis de “ter a impressão de que ...”)
- (b) A *competência narrativa*, isto é, de um saber e de um *saber-fazer* relativos à organização sintagmática dos discursos, que serve de suporte ao seu fazer interpretativo e que se manifesta como
- uma *competência narrativa geral* (que permite reconhecer, a partir da “disposição” do livro, a finalidade que determina sua organização);
 - uma *competência “científica” específica* (que postula que os livros são escritos como “respostas” a “questões”);
- (c) A *competência lingüística stricto sensu*, que o torna capaz de formular questões e, coisa ainda mais notável, de formular a questão que ele próprio não propõe, mas que se supõe ser proposta pelo enunciador, quando do discurso interior que ele endereça a si mesmo.

Um mecanismo bastante complexo é assim montado dentro do discurso, que tem o efeito de sentido de criar uma distância entre o sujeito de enunciação e seu enunciado, ligando, ao mesmo tempo, o discurso realizado à instância da leitura.

3. O discurso da pesquisa e a ausência do sujeito

1. A passagem de uma frase à outra (“Com efeito, é bem esse o problema ...”) faz supor que a proposição do livro, isto é, o *objeto* permanece inalterável, qualquer que seja o ponto de onde possa ser considerado. Contudo, ligeiro desnível léxico sugere uma apreciação diferente da *forma* da pesquisa:

(a) Assim, ^{na primeira frase} o objetivo da obra era concebido como a resposta a uma *questão*, o livro aparece, na segunda frase, como a *apresentação* de um *problema*: uma “*questão a responder*” é substituída por uma “*questão de resolver*” (“*question à résoudre*”, definição de “*problème*” segundo o dicionário *Petit Robert*);

(b) Do mesmo modo, enquanto o termo *disposição*, empregado inicialmente, faz supor que poderia tratar-se de qualquer obra, desde que fosse ordenada pelas regras da *retórica*, o *problema* se define como “*questão a resolver que se presta a discussão, numa ciência*” (cf. igualmente a definição proposta pelo *Petit Robert*);

(c) Além disso, enquanto *disposição* faz surgir imediatamente seu termo complementar *invenção* e remete dessa maneira a uma concepção clássica *linear* da descoberta, o problema que aparece resulta de uma *substituição* e não toma o lugar de outro problema mas de outro “*enunciado*” não problemático, sugerindo assim uma concepção completamente diferente da pesquisa.

Dessa forma, à concepção do discurso, gênero literário clássico, emprestada ao actante “leitores”, acha-se oposta a do discurso científico problemático.

2. O pequeno exame léxico a que acabamos de proceder não é um jogo de semanticista habituado a provocar o sentido das palavras: os termos considerados são na verdade *meta-termos* que tratam da organização formal dos discursos, ainda que de maneira alusiva e incompleta, e constituem outras tantas referências a micro-universos ideológicos, cujos contornos é possível precisar. As oposições mais ou menos implícitas que eles revelam, são consolidadas e elucidadas pela colocação de aparelhos gramaticais distintos.

Ao contrário do que se sucede na primeira *frase*, em que certa concepção do discurso é assumida pelo narratário delegado, nenhum

sujeito portador de traços antropomórficos está presente para sustentar o discurso científico. A expulsão de semelhante sujeito se faz, como é fácil de observar, em dois tempos:

(a) Inicialmente, através da construção passiva da primeira preposição: “o problema que é aqui apresentado (por ...)” que permite, embora sua posição seja claramente indicada, fazer desaparecer o *narrador*;

(b) Em seguida, pela construção reflexiva da segunda proposição “o problema colocou-se no lugar de ...”, em que “problema” ocupa ao mesmo tempo as posições de sujeito e objeto, não mais deixando lugar às marcas de enunciação.

Se se trata aqui, assim como na primeira frase, de um processo de *débrayage* actancial, diferentes são os resultados a que chega. No primeiro caso, o enunciado acha-se ligado e submetido à interpretação do enunciatário simulado, enquanto, no segundo, é separado, tanto quanto possível, da instância de enunciação, a fim de aparecer como o discurso da não pessoa, que não pertence a ninguém, ou seja, como o discurso objetivo, cujo sujeito seria a ciência a fazer-se por si mesma.

Esse primeiro parágrafo é, pois, suscetível de uma dupla leitura: sintagmaticamente, desenvolve as duas fases da realização do discurso da pesquisa; paradigmaticamente, opõe duas concepções diferentes deste último. Os dois tipos de “conteúdos”, além disso, acham-se investidos em duas formas discursivas diferentes: de modo bastante paradoxal, o primeiro discurso, “personalizado” é um discurso sem problemas, enquanto o segundo, discurso de problemas, se dá como um enunciado despersonalizado.

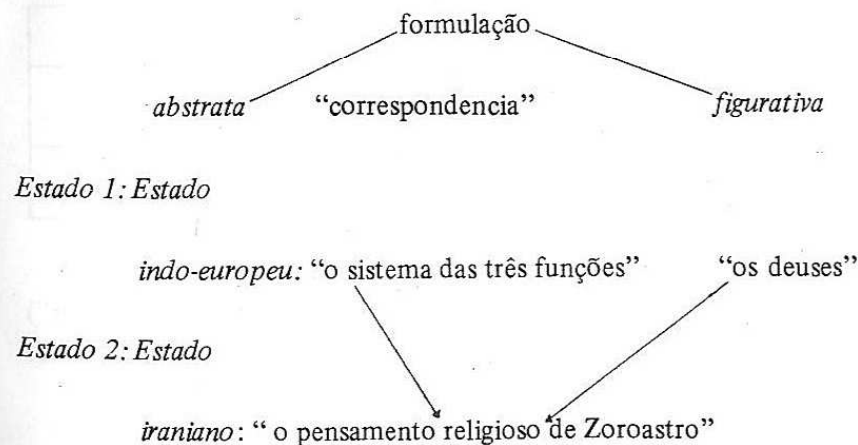
4. A questão

1. Na medida em que se considere, por hipótese, que o discurso

em ciências humanas obedece às regras da organização narrativa, deve tomar a forma da busca de um objeto de valor. Como esse objeto é, por sua vez, certo saber que se procura adquirir, o discurso científico apresenta-se como uma aventura cognitiva. Uma vez que o objeto-saber é o objetivo do discurso, torna-se evidente que o estado inicial de onde parte a busca é um estado de não-saber: a narrativa científica se define, então, como a transformação de um /não-saber/ em um /saber/.

2. O saber enquanto *modalidade* rege necessariamente um *objeto* do saber, situado num *nível discursivo* hierarquicamente inferior. No caso que estamos examinando, a estrutura bipolar *questão/resposta* utilizada é tão somente a *formulação* antropomórfica da estrutura narrativa subjacente à narração: a questão que se admite que o sujeito de discurso se propõe, é uma confissão implícita ou simulada de sua ignorância; a resposta aí estará para supri-la, oferecendo, como resultado da busca, o saber adquirido. A questão contém assim, modalizado pela ignorância, o objeto do saber, o tópico do discurso.

Em sua *formulação de superfície*, a questão trata do predicado “tornar-se”, que tem por *função* relacionar dois estados históricos determinados, e que constitui, do ponto de vista narrativo, o *objeto do saber* visado pela busca:



* 3. Uma vez que o prefácio é uma meta-discurso produzido depois do texto, praticamente no próprio momento em que a obra é dotada de títulos e subtítulos, seria interessante comparar a questão proposta no prefácio com as formulações dos títulos.

De maneira bastante curiosa o título

(Nascimento de Arcanjos)

e o subtítulo

(Ensaio sobre a formação da teologia de Zoroastro)

mencionam apenas o segundo estado, o estado iraniano da religião, apresentando-o sob as duas formas:

abstrata: "la théologie zoroastrienne" e

figurativa: "les Archanges"

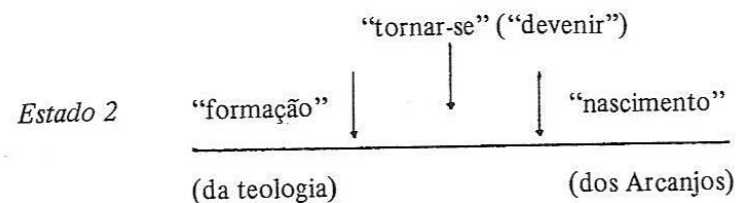
que correspondem à dupla articulação do *estado 1* na questão proposta no prefácio, com a qual se poderia estabelecer um paralelo:

	formulação abstrata	figurativa
Estado 1	o sistema das três funções	os deuses
Estado 2	a teologia de Zoroastro	os Arcanjos

4. Observando-se que o sujeito frástico de "tornar-se" ("devenir") é o *estado 1*, e dos dois outros predicados, o *estado 2*, as diferentes

lexicalizações da *função* que relaciona os dois estados podem, por sua vez, ser assim representadas:

Estado 1



Se se considera que a *função* que constitui o objeto do saber visado pelo programa científico pode ser interpretada, noutra linguagem, como "processo histórico", notar-se-á que este é apenas parcialmente evocado, ora como um processo aspectualizado *ascendente*, ora *descendente*. É necessário acrescentar ainda um fato curioso: os lexemas que designam o processo em questão são verbos ou nominalizações de verbos intransitivos "tornar-se" ("devenir"), "nascer", "formar-se", enquanto se lhes atribui a tarefa de traduzir a transição de um estado para outro; dotados de semas aspectuais *durativos*, a duração que expressam consegue apenas sobredeterminar outros aspectos - *incoativo* e *terminativo* - do processo. Tudo se passa como se o processo de *transformação*, objeto do saber visado, tivesse sido esvaziado de seus investimentos semânticos em benefício dos dois estados históricos nitidamente enunciados, cuja oposição é confirmada pela aproximação das questões propostas no prefácio e das respostas fornecidas por antecipação pelos títulos da obra.

O problema da apreensão, da representação e da definição das *transformações diacrônicas* é, assim, implicitamente proposto.

II. A narrativa do revés

"A maintes reprises nous avons rappelé qu'autour du couple des grands dieux souverains (Mitra et Varuna dans l'Inde, Odhinn et

Týr en Scandinavie, etc.), il existe dans les diverses mythologies indo-européennes ce qu'on peut appeler des dieux souverains mineurs, c'est-à-dire des dieux moins importants dont le domaine reste situé dans la première fonction, dans la souveraineté magico-politique; ce sont, par exemple, Aryaman, Bhaga et les autres Aditya dans l'Inde, Heimdallr, Bragi et quelques autres en Scandinavie. Nous nous sommes proposé d'étudier ces souverains mineurs en commençant par l'Inde, où le groupe des sept Aditya est nettement caractérisé. Nous avons dû naturellement examiner aussi, dans l'Iran, le groupe des six Aməsha Spənta, des six "Archanges" qui sont immédiatement subordonnés à Ahura Mazdāh, dieu unique du zoroastrisme pur, et qui sont généralement considérés, depuis Darmesteter, comme les correspondants zoroastriens des Aditya védiques. Après MM. B. Geiger et H. Lommel, nous avons essayé de préciser entre les uns et les autres des rapports qui nous semblaient à nous-même plus que probables (v. Mitra-Varuna, pp. 130 et suiv.). Mais cet effort n'a pas abouti. Des difficultés insurmontables s'y sont opposées. Si les deux premiers Archanges (Vohu Manah et Asha Vahishta) et à la rigueur le troisième (Khshathra Vairya), se situent dans un domaine qui peut être en effet celui des Aditya, il n'en est pas de même pour les trois derniers (Spantā Armaiti, Haurvatāt et Amaratāt); les arguments de M. Geiger, très forts tant qu'il s'agit d'Asha, faiblissent avec Khshathra et deviennent franchement sopistiques avec Armaiti".

Havíamos lembrado muitas vezes que, ao redor do par dos grandes deuses soberanos (Mitra e Varuna, na Índia, Odín e Tor, na Escandinávia, etc.), existe nas diferentes mitologias indo-europeias aquilo que se poderia chamar de deuses soberanos menores,

isto é, deuses menos importantes cujo domínio se situa na primeira função, na soberania mágico-política; são, por exemplo, Aryaman, Bhaga e (os) outros Aditya, na Índia; Heimdallr, Bragi e alguns outros, na Escandinávia. Nós nos propusemos estudar esses soberanos menores, começando pela Índia, onde o grupo dos sete Aditya é nitidamente caracterizado. Naturalmente, tivemos de examinar também, no Irã, o grupo dos seis Aməsha Spənta, dos seis "Arcanjos", que são imediatamente subordinados a Ahura Mazdāh, deus único do zoroastrismo puro, e que são geralmente considerados, desde Darmesteter, como os correspondentes zoroastrianos dos Aditya védicos. Depois de B. Geiger et H. Lommel, tentamos estabelecer entre uns e outros relações que nos pareciam mais que prováveis (v. Mitra-Varuna, p.130 e seg.). Mas esse esforço foi infrutífero. Dificuldades insuperáveis opuseram-se a isso. Se os dois primeiros Arcanjos (Vohu Manah e Asha Vahishta) e a rigor o terceiro (Khshathra Vairya) se situam num domínio que pode, com efeito, ser o dos Aditya, o mesmo não se dá com os três últimos (Spənta Armaiti, Haurvatāt et Amaratāt); os argumentos de Geiger, muito fortes quando se trata de Asha, tornam-se fracos com Khshathra e francamente sofismáticos em relação a Armaiti".

1. Organização discursiva e narrativa

1. A substituição do "enunciado" virtual pelo "problema", tema do livro, cataforicamente anunciado desde o primeiro parágrafo, justifica a expansão discursiva que recobre toda a primeira parte do prefácio: o segundo parágrafo é a expansão do termo "enunciado" ("énoncé"), a terceira, a expansão do termo "problema" ("problème"). Do ponto

tivos, cujo encadeamento constitui o programa narrativo organizador do conjunto do discurso.

Excetuado o enunciado inicial "Nous avions rappelé", que representa, enquanto auto-referência (de um discurso anterior), a situação a partir da qual vai desencadear-se o discurso (cujo mais que perfeito se opõe aos pretéritos perfeitos dos predicados restantes), o dispositivo modal corresponde ao esquema previsível da aquisição da competência por parte do sujeito do fazer cognitivo. Lembrêmo-lo rapidamente:

(a) "Nous nous sommes proposé ..." representa o sincretismo do destinador e do sujeito do fazer, que se instaura a si próprio como sujeito do querer-fazer;

(b) "Nous avions dû naturellement ..." é a manifestação, em forma de prescrição, da modalidade do dever-fazer e o reconhecimento de um novo destinador a que o sujeito aceita submeter-se. Esse destinador é a meta-lógica que exige a inclusão dos Arcanjos na classe dos "soberanos menores" indo-europeus. O lexema "naturellement" faz a referência como se fora "à la nature des choses", manifesta essa prescrição lógica.

(c) "nous avons essayé..." manifesta o poder-fazer suposto, do sujeito; essa modalidade é necessária para passar-se à realização, ou seja, à conjunção do sujeito com o objeto de valor visado. Ora, esse objeto, do modo como foi definido pela "questão" a que responde o livro, é o saber sobre a relação-função que existe entre dois estados de religião. A tentativa do sujeito cognitivo consiste em determinar as relações ("préciser les rapports") entre os representantes dos dois estados.

O programa narrativo, concebido como modalização do sujeito, é conduzido à prova decisiva.

2-2. O discurso objetivo

1. Subordinado ao fazer cognitivo, o discurso dito objetivo descreve os objetos do saber e as sucessivas manipulações que sofrem. Reconhecem-se facilmente três espécies de manipulações:

(1) O fazer taxionômico consiste grosso modo em consolidar os objetos do saber por meio de operações de inclusão. Assim, "os soberanos menores" são situados ao redor do par dos dois soberanos e os dois subconjuntos são incluídos no conjunto "primeira função"; por outro lado, os "soberanos menores" fazem parte das "mitologias indo-europeias". Voltaremos ao assunto mais adiante.

(2) O fazer programático estabelece a ordem sintagmática de operações cognitivas: os soberanos menores indianos são "estudados" de início, o grupo de Arcanjos é "examinado" em seguida.

(3) O fazer comparativo encarrega-se dos objetos do saber parcial, reconhecidos graças ao fazer programático, e visa a "precisar as relações" entre eles.

2. Trata-se de diferentes tipos de manipulações cognitivas - cuja lista não é, evidentemente, exaustiva - que caracterizam o fazer do sujeito, que se exerce nos limites do discurso cognitivo. Os objetos discursivos que são assim manipulados, acham-se presentes na forma de enunciados de estado. Eis alguns exemplos:

- "... il existe ... des dieux souverains mineurs" ... "Ce sont..."
- "... le groupe des sept Aditya est nettement caractérisé".
- "des six "Archanges" qui sont ... subordonnés ... et qui sont généralement considérés comme ..."
- "... des rapports qui nous semblaient ... plus que probables."

Se não há dúvida quanto ao estatuto de enunciados de estado que os distingue dos enunciados de fazer que os regem, observa-se facilmen-

mente que a relação predicativa de existência que os constitui, acha-se modalizada de certa maneira por expressões tais como “nitidamente caracterizada”, “geralmente considerados”, “pareciam”, “prováveis”, que a sobredeterminam, indicando o grau de necessidade ou certeza que lhes é atribuído.

O discurso objetivo, assim como o discurso cognitivo antes examinado, comporta, pois, *dois estágios (ou níveis) discursivos* distintos: o *nível modal* rege a predicação de existência constitutiva do *nível descritivo*. Voltaremos a discutir, mais tarde, a natureza dessa nova modalização, que não é uma modalização do *fazer*, mas do *ser*.

2-3. O discurso referencial

1. O discurso referencial é aqui convocado apenas como discurso de autoridade, que, aliás, será contestada no desenvolvimento do discurso; por ora, não nos é possível examinar sua organização formal. Poderíamos, entretanto, pôr em evidência certo número de *modos de convocação* do discursivo referencial, considerando notadamente as relações referenciais como *estruturas trópicas*, que se vém de conectivos. Distinguem-se dois procedimentos: a *referência* e a *auto-referência*.

No caso da *referência*, (a) o nome do autor serve como anafórico de seu discurso e (b) esse nome é considerado como o termo que inaugura a série de discursos (“depuis Darmesteter”, “après MM. B. Geiger et H. Lommel”), que o sanciona e o despersionaliza, transformando-o num *discurso referencial único*.

Ao contrário, a auto-referência restabelece a continuidade entre discursos parciais de um mesmo autor e os reúne num só discurso personalizado e coerente, fazendo-o parecer patrocinado por um projeto global único (cf. o segundo *subtítulo* do livro: “Juppiter, Mars, Quirinus”). A auto-referência chega a produzir um novo sincretismo, em que

o ator “nós”, que já desempenhava os papéis de *narrador* e *sujeito cognitivo*, passe a encarnar, além disso, o *sujeito* do *discurso referencial*.

Em ambos os casos, reconhece-se a referencialização como o fenômeno da anáfora semântica: o discurso referencial “lembrado”, forma em *expansão* mas *ausente*, é representado, no discurso que se está construindo, por sua forma *condensada e presente*. De fato, no segmento que examinamos, o discurso referencial, atualizado em sua forma condensada, identifica-se com o discurso objetivo.

2. Compreende-se, então, porque o autor tomou o cuidado de designar, desde o início do jogo, essa forma do discurso da pesquisa pelo termo vago “enunciado”, termo que só ganhava alguma consistência através de sua oposição ao discurso-“problema”. Com efeito, a pesquisa, tal como é aqui concebida, consiste na convocação selecionada de certo número de discursos referenciais, cujas formulações condensadas acham-se dispostas em determinada ordem, devida ao que chamamos *fazer programático*, e que constitui a única novidade desse discurso. Trata-se de um discurso clássico e trabalhoso, resumido na fórmula *questão x resposta*, de que se livra o autor, antecipadamente, atribuindo-o ao narratário imaginário.

3. A narrativa do anti-sujeito

3-1. Superfície discursiva e dispositivo narrativo

1. A aparição, na metade do texto examinado, do disjuntivo “mas” produz, no desenvolvimento da narrativa, um efeito de ruptura, tanto mais que esse sinal lógico é acompanhado de uma mudança da forma discursiva, desaparecendo aparentemente o nível cognitivo, em favor do discurso objetivo.

Contudo, essa mudança de forma não passa de um fenômeno de superfície: significativo em si, de vez que oculta a manifestação direta

da narratividade, cujo lugar privilegiado, como vimos, é o discurso cognitivo, sem por isso suprimi-la. Assim,

(a) o “esforço” que não chegou ao resultado esperado é tão somente uma recorrência semântica, substantivada, do verbo “tentar” (“*essayer*”); representa o fazer cognitivo que procura passar à *realização*; da mesma forma,

(b) as “dificuldades” que se “opõem”; assinalam o aparecimento do oponente, ou melhor, do *anti-sujeito*, introduzido no texto por procedimentos semi-figurativos: o verbo “opor-se” personifica “as dificuldades”, o adjetivo “insuperável” (*insurmountable*) convoca uma figura antropomórfica.

2. A única irregularidade que se pode observar é a permutação sintagmática dos dois enunciados narrativos: o fracasso da prova (“*n’a pas abouti*”) precede, em vez de seguir-se, a aparição do anti-sujeito e a colocação em evidência da estrutura polêmica da narrativa. Além de que a não-pertinência do desenvolvimento linear do texto para o reconhecimento do esquema narrativo subjacente não precisa mais ser demonstrada, a razão discursiva desse fato é muito simples: “dificuldades” é um catafórico que anuncia a continuação do discurso, que deve, por isso, ser aproximada de sua expansão.

3. A despersonalização do discurso não chega a dissimular o fato de que “insuperável” refere-se a “dificuldades” apenas como actante *objeto*, de vez que o *sujeito* desse processo irrealizável (“que não se pode superar”) é o próprio sujeito cognitivo, já manifestado por uma série de “nós”. A modalidade do /poder/ que contém esse laxema, inscreve-se, pois, na sequência de modalizações que marcam a aquisição progressiva, por parte do sujeito cognitivo, de sua competência: o /poder-fazer/ que presidia às “tentativas” e aos “esforços” do sujeito revela-se incompleto e ilusório face ao anti-sujeito; substituído por /não poder-fazer/, dá conta da não realização do programa narrativo, cujo

Logo o  do aluno (46) cognitivo?

esquema modal assim se apresenta:

/querer/ → /dever/ → /poder/ / ⇒ / / não poder/ → /fazer/

3-2. O fracasso do fazer cognitivo

Passando do nível modal ao nível cognitivo *stricto sensu*, observa-se que o fracasso, devido a um /não poder/, diz respeito a um /fazer/ e que este último visava a “determinar as relações”, isto é, a dar conta do tipo de relações entre os Aditya indianos e os Arcanjos iranianos: o insucesso narrativo significa, conseqüentemente, o insucesso do fazer comparativo. *aluno faz taxionômico?*

Ora, o fazer comparativo pressupõe a inscrição dos objetos que se devem comparar, num *quadro taxionômico*, único que permitiria o reconhecimento de um *tertium comparationis*, de um eixo comum aos dois objetos. A lógica utilizada nesse caso é a lógica de inclusão, e o termo-chave de suas operações é a “situação”. Assim,

(a) as representações figurativas que são os Aditya e os Arcanjos, são “situadas” num “domínio” que lhes é próprio;

(b) os “domínios”, lugares em que são situados, são, por sua vez, “situados” em “funções” e, no caso que no momento nos interessa, na primeira função.

Logo será suficiente assegurar-se de que o “domínio” dos Arcanjos é idêntico ao dos Aditya para estabelecer sua pertinência comum à primeira função. Vê-se que o fazer cognitivo cujo objetivo último é a comparação, comporta, preliminar e necessariamente, um subprograma de *fazer taxionômico*, que procura “situar” os Arcanjos, tomados um a um, no domínio que partilhariam com os Aditya; e que o insucesso desse esforço classificatório acarreta a não conjunção do sujeito cognitivo com o objeto de valor visado.



3-3. A modalização do discurso objetivo

1. O fracasso não se apresenta de maneira abrupta mas progressivamente. Uma série de operações cognitivas permite dar conta dessa degradação:

(1) Os Arcanjos, distribuídos em três subconjuntos - operação que diz respeito ao *fazer programático* ao qual aludimos, são “situados” num único e mesmo “domínio” - operação de inclusão que dá lugar à produção de três enunciados de estado.

(2) Cada enunciado de estado é em seguida *modalizado* de acordo com o grau de “solidez” que se considera comporta a relação de existência que o constitui.

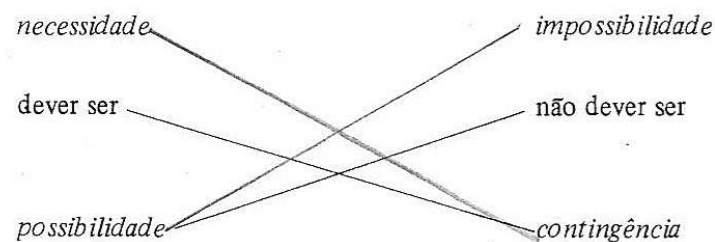
2. As modalidades, expressas em língua natural, podem ser assim interpretadas:

(a) Os dois primeiros Arcanjos – “peut-être” possibilidade/

(b) O terceiro “à la rigueur” /possibilidade fraca/

(c) os três últimos “il n'en est pas de même” /impossibilidade/

Vê-se que a primeira e a terceira dessas modalizações correspondem a posições facilmente reconhecíveis do quadrado alético



não dever não ser

não dever ser



Obs.: A modalização por / possibilidade fraca / aparece como elemento de *relativização* das relações categóricas. Trata-se de uma tendência geral que se encontra frequentemente.

3. O *discurso objetivo*, tal como se desenvolve nesse trecho, apresenta-se pois, como uma construção em dois níveis:

(a) o *nível descritivo*, constituído de uma sequência de enunciados de estado, representa os resultados do *fazer cognitivo*;

(b) o *nível modal*, que sobredetermina o primeiro, é o lugar de manifestação das *modalidades aléticas* que regem os predicados de existência dos enunciados descritivos.

São essas modalidades, e notadamente a última delas (denominação lógica de um / dever não ser/), que “se opõem” ao fazer do sujeito cognitivo e o desqualificam como aquele que / não pode fazer /.

3 - 4. A modalização do discurso referencial

1. O segmento textual, relativo à exposição das “dificuldades”, compreende duas frases; a primeira, que acabamos de examinar, depende do discurso dito objetivo; e a segunda, do discurso referencial. Este último, que explora apenas o discurso-ocorrência de Geiger, acha-se **recortado em** sequências anaforicamente designadas como “argumentos”, de forma que a cada sequência-argumento do discurso referencial corresponde um enunciado de estado do discurso objetivo.

O termo *argumento* escolhido para denominar as sequências referenciais é, sem dúvida, motivado e indica que se trata de um *fazer persuasivo*. (Permanece aberta a questão de saber se o fazer persuasivo científico possui traços específicos que o distingam dos discursos de



persuasão em geral). Divide-se este em subprogramas narrativos chamados “argumentos”, cujos resultados, relacionados e integrados no discurso objetivo, formam aí enunciados de estado. A referência que passa de um nível discursivo ao outro pode, então, ser definida com uma relação estrutural que se estabelece entre o processo e o estado, entre o programa narrativo e seus resultados.

2. Ter-se-á observado, sem dificuldade, que as seqüências-argumentos (neste caso preciso: subprogramas que visam a operar a inclusão de tal ou qual num “domínio” único) não submetidas, uma a uma, a uma espécie de *avaliação modalizante*, cujos resultados são apresentados como a “força” desses argumentos. Dessa forma, escolhendo um representante para cada um dos três subconjuntos de Arcanjos precedentemente estabelecidos, dir-se-á que os argumentos relativos

- | | |
|-----------------------|---|
| — ao segundo Arcanjo | “sont très forts”
(são muito fortes) |
| — ao terceiro Arcanjo | “qu’ils faiblissent”
(tornam-se fracos) |
| — ao quarto Arcanjo | “deviennent franchement sophistiqués”
(tornam-se francamente sofismáticos) |

Assim como os enunciados descritivos do discurso objetivo correspondem aos “argumentos” do discurso referencial, as modalizações aléticas repousam sobre a “força” desses argumentos.

3-5. Economia narrativa do discurso do revés

1. Uma questão capital se propõe, a saber; quem é a autoridade habilitada a apreciar os argumentos, onde se situa o sujeito dessa nova

modalização. À primeira vista, a “força” dos argumentos depende do fazer persuasivo e, por conseguinte, do sujeito do discurso referencial. Não é, entretanto, o que se verifica, de vez que, enquanto o sujeito “Geiger”, desenvolvendo seu fazer persuasivo, acredita ter triunfado em suas provas, um outro toma em consideração seus programas e os avalia ora como sucessos (“muito fortes”), ora como insucessos (“francamente sofismáticos”). Esse alguém, toma, pois, o discurso referencial e exerce sobre ele seu *fazer interpretativo*, cujos resultados constituem nova modalização do discurso considerado. Vê-se que esse alguém só pode ser o *anti-sujeito*, que, por meio de seus julgamentos modais, levanta “dificuldades insuperáveis” que condenam o *sujeito* ao fracasso.

2. Tudo isso permite uma melhor compreensão da economia geral da organização narrativa do discurso analisado; um sujeito existe que, presente no texto, sob a forma de “nós”, exerce seu fazer cognitivo, convocando uma série de *adjuvantes*, que são os fragmentos selecionados de diferentes discursos referenciais; diante dele, aparece um *anti-sujeito* cujo fazer interpretativo, apoiando-se em argumentos do discurso referencial, convocados como *oponentes*, detém o progresso narrativo do sujeito e vota seu fazer ao fracasso. O discurso da pesquisa, quando se organiza como discurso do revés, apresenta sua *estrutura polêmica* como um combate a que se livram, no interior do ator chamado “autor”, o sujeito e o anti-sujeito, duas projeções objetivadas da instância de enunciação.

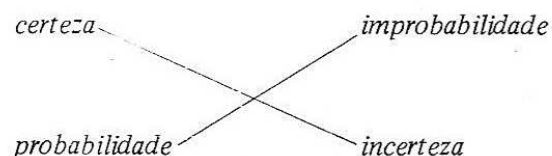
Compreende-se, então, a ressonância que essa “mise en scène” narrativa produz sobre a organização discursiva de superfície: o discurso cognitivo, afirmado como tal e personalizado, é o lugar de manifestação do pesquisador desafortunado, enquanto o discurso objetivo que se lhe segue, ocultando o anti-sujeito, faz surgir a “ciência” como a única vencedora da prova.

3 - 6. As modalidades epistêmicas

1. O reconhecimento do sujeito modalizador não esgota a questão

proposta pela natureza das modalidades que aparecem à superfície do discurso como apreciações da “força dos argumentos”.

Como vimos, são apreciações formuladas em consequência do fazer interpretativo que se exerce sobre o discurso convocado para tanto: o lugar de sua produção corresponde, pois, à *instância do enunciatário* e não à do *enunciador*. Constituem a *distância fiduciária* entre as palavras do outro e a adesão que convém testemunhar-lhes; elas aparecem, assim, como reguladoras de nosso saber sobre o mundo. Designadas como *modalidades epistêmicas*, poderiam ser distribuídas sobre o quadrado desta maneira:



As lexicalizações “muito fortes” e “francamente sofismáticos” identificar-se-iam com as posições / provável / e / improvável /, enquanto a expressão “tornam-se fracos” se situaria no eixo que as relaciona.

2. Todavia, a colocação dessas modalidades no quadrado pode dar uma falsa impressão, quanto a seu estatuto categórico. Contrariamente ao que sucede com as modalidades aléticas, em que a oposição / possível / x / impossível / se apresenta como um par de *contraditórias*, as oposições dos termos epistêmicos são apenas *polarizações* de um *continuum*, que permitem a manifestação do grande número de posições intermediárias. O lexema “crer”, por exemplo, pode, sozinho, representar, de acordo com os contextos, todas as posições entre / certeza / e / incerteza /.

Vêm-se imediatamente as consequências desagradáveis que esse caráter relativo das modalizações epistêmicas pode ter sobre o rigor do discurso dito científico. Efetivamente, se as modalidades aléticas

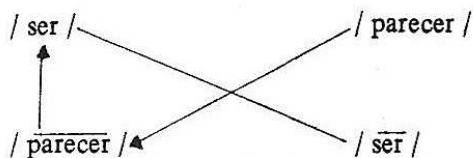
que o regem, fundam-se, como tudo nos leva a crer, em modalizações epistêmicas que estatuem o discurso referencial, a passagem dos julgamentos relativos às constatações categóricas não é automática. A / possibilidade fraca / que surgiu no discurso objetivo, dá testemunho das dificuldades que encontra o discurso em ciências humanas.

3-7. O parecer e o ser

A confusão entre as modalidades epistêmicas e aléticas é visível na primeira parte de nossa narrativa, em que trechos discursivos referenciais foram convocados na função de adjuvantes. Expressões como “nitidamente caracterizado” ou “geralmente considerados” dependem da modalização epistêmica ou alética? Não seriam antes sincretismos devidos à dificuldade de distinguir os dois níveis discursivos, uma vez que o sujeito do discurso cognitivo é, ao mesmo tempo, em parte, o sujeito do discurso referencial?

Não se dá mesmo, contudo, em relação à terceira modalização, em que “mais que prováveis” se apresenta diretamente como um julgamento epistêmico. Todavia, o que é um fato bastante incômodo, essa / probabilidade forte / acha-se situada na *isotopia do parecer* (“*nous semblaient plus que probables*”). Tudo se passa, pois, como se a função principal da modalização epistêmica - que fundamenta a modalização alética do discurso objetivo, determinando esta última, por sua vez, o estatuto modal do sujeito cognitivo - consistisse em facilitar a passagem, em suprimir a distância entre a *isotopia fenomênica do parecer* e a *isotopia numenal do ser* (no sentido semiótico e não metafísico desses termos). Assim, a articulação fundamental - tal como pode ser encontrada ao nível das estruturas profundas da narrativa da descoberta, que analisamos - apresenta-se, a partir da isotopia do *parecer*, que é proposta inicialmente, como a *negação do parecer* (que corresponde, na superfície, à narrativa do revés), e faz surgir na segunda parte, que narra a vitória, o termo, até então oculto, do *ser*:

memória
Negação
Verdade



Obs. A operação (1) é recoberta pela narrativa do revés, a operação (2) corresponde à narrativa da vitória.

Embora arriscando-nos a antecipar-nos à análise que se seguirá, devemos invocar, para confirmar a interpretação proposta, a última frase, conclusiva, do parágrafo seguinte, que, retomando o tema da substituição, constata que “le problème d’où nous étions partis s’est évanoui”, cedendo seu lugar a “un autre problème, *plus réel*”, duas lexicalizações que podem ser identificados com a negação real do parecer e a inserção do ser.

* O discurso da descoberta se dá, então, quase no sentido etimológico do termo, como a revelação das realidades que se escondem sob as aparências.

III. A narrativa da vitória

“C’est alors que la possibilité d’une autre solution nous est apparue. Des récentes études ont fait mieux connaître la religion indo-iranienne et la religion indo-européenne. M. Benveniste et nous-même avons montré que ces religions étaient dominées, encadrées par le système des trois fonctions (souveraineté, force guerrière, fécondité) et de leurs subdivisions; et ce système se trouve patronné, chez les princes arya de Mitani au XIV^e siècle avant notre ère, par une série hiérarchisée de cinq ou six dieux dont naturellement les dieux des deux moitiés de la souveraineté, appartiennent, dans l’Inde, au groupe des Aditya. Ces dieux sont: d’abord

Mitra et Varuna, puis Indra, puis les deux jumeaux Násatya. Or un certain nombre de traits immédiatement constatables et qui ne demandent aucune préparation pour être interprétés rapprochent la liste hiérarchisée des anciens dieux fonctionnels et la liste hiérarchisée des Am̐sha Sp̐nta et engagent à voir dans les seconds, à certains égards, les héritiers des premiers. De là l’hypothèse de travail formulée au chapitre II et les vérifications des trois chapitres suivants. Le problème d’où nous étions partis s’est évanoui, mais, de ses débris, se dégagent les éléments d’un autre problème, plus réel: accident fréquent dans les sciences dites humaines.

C’est également par accident que cette recherche, poursuivie comme les précédentes dans un cours de l’Ecole des Hautes Etudes, vient à cette heure ...”

“Foi então que a possibilidade de outra solução nos apareceu. Recentes estudos tornaram mais bem conhecida a religião indo-iraniana e a religião indo-européia. Beneviste e nós mesmo mostramos que essas religiões eram dominadas, enquadradas pelo sistema das três funções (soberania, força guerreira, fecundidade) e suas subdivisões; e esse sistema acha-se patrocinado, entre os príncipes arya de Mitani, no século XIV a.C., por uma série hierarquizada de cinco ou seis deuses, dos quais, naturalmente, só os dois primeiros pertencem, na Índia, ao grupo dos Aditya. Esses deuses são: primeiramente, Mitra e Varuna; depois, Indra, em seguida, os dois gêmeos Nasatya. Ora, certo número de traços imediatamente constataáveis, e que não exigem nenhuma preparação para ser interpretados, aproximam a lista hierarquizada dos antigos deuses funcionais e a lista hierarquizada dos Am̐sha Sp̐nta e levam a ver nos segundos, sob certos aspectos, os herdeiros dos primeiros. Donde a hipótese de trabalho formulada no capítulo II e as verificações dos três capítulos seguintes. O problema de que havíamos partido, desfez-se mas, de suas ruínas.

Finalmente, o que aparece ao sujeito "nós" é o conteúdo a um tempo modal e programático do fazer científico, constitutivo da *competência do sujeito cognitivo*. A atitude do sujeito em posição de *receptor* mostra-o pronto a acolher essa competência e sua *passividade* aí está para assinalar-nos que ele nada fez por essa aquisição, que o operador da transferência é outro, ou, por outras palavras, que a competência é um *dom* do destinador X, entregue de maneira brusca e inesperada, ao destinatário-sujeito. Esse sujeito, antes desqualificado com alguém que/ não podia fazer/, acha-se dotado novamente da modalidade do /poder-fazer / e a atualização do novo programa pode começar.

2. A manipulação dialética

1. Graças a análise minuciosa do parágrafo precedente, encontramos-nos mais bem armado, para compreender o funcionamento complexo do discurso científico e reconhecer, assim, suas *artimanhas*. Dessa forma, fácil se torna reconhecer no lexema "estudos", que ocupa a posição de sujeito na nova frase, a representação condensada, em sua forma nominal, do fazer cognitivo cujas verbalizações "étudier" → "examiner" → "préciser" (estudar → examinar → determinar) tinham sido expostas ao longo da narrativa precedente. "Estudos" não é tão somente a forma condensada, que assinala a existência do nível cognitivo do discurso mas também uma catáfora que anuncia sua produção ulterior em expansão.

A função desse discurso cognitivo acha-se precisada pelo predicado "fazer conhecer melhor". Trata-se de um fazer que consiste em aumentar, quantitativa ou qualitativamente, o saber ("conhecer *melhor* e também "fazer conhecer", ou seja, produzir saber com a finalidade de sua *comunicação* a um actante implicitamente proposto, o *enunciatório*). A estrutura actancial da comunicação é, aliás, retomada na frase seguinte, em que os dois atores ("M. Benveniste" e "nous-même") assumem a tarefa de "mostrar" alguma coisa a alguém. O discurso cognitivo comporta, como seria de esperar-se, uma dupla função: é, ao mesmo tempo,

um fazer e um fazer-saber, um processo cumulativo de produção e de transmissão, que utiliza os procedimentos de construção de objetos semióticos e de fazer persuasivo.

2. Compreende-se melhor, então, o mecanismo da manipulação dialética, que dá conta das sucessivas mudanças do estatuto formal do discurso científico. Enquanto fazer cognitivo, é um processo criador do saber; enquanto fazer-saber, apresenta-se como uma operação de transferência do saber, considerado como objeto consolidado, porque é o resultado do fazer cognitivo, e se dá como discurso objetivo; enquanto objeto adquirido pelo enunciatório eventual, muda de estatuto para aparecer como discurso referencial, que, uma vez decifrado, poderá servir de suporte a novo discurso cognitivo. Por outras palavras, um mesmo discurso, que possua - abstração feita de diferentes modalidades que são outros tantos sistemas de regulação e de mediação entre diversas instâncias - uma organização narrativa e retórica mais ou menos constante, é suscetível de mudar de estatuto formal e de adquirir cada vez uma *significação localizada* diferente, relativa à sua posição no quadro do discurso global.

A manipulação dialética que consiste em tomar o *discurso cognitivo* para transformá-lo em *discurso referencial*, suscetível de engendrar um novo *discurso cognitivo*, é um dos elementos constitutivos da definição do progresso científico.

Sem procurar uma simetria a todo custo, deve-se precisar, no entanto, que o discurso cognitivo se situa na perspectiva do *enunciador*, enquanto o discurso referencial depende do *enunciatório* que o assume; um só ator pode assumir - e assume quase sempre - as duas posições actanciais, tanto é verdade que o processo de comunicação - de que o discurso global é, de diversos ângulos, o simulacro - consiste na troca contínua dos dois papéis. Em relação a essas instâncias móveis, o discurso objeto, despersonalizado e objetivado, é algo mais que a simples ocultação fraudulenta do fazer persuasivo e do fazer interpretativo,

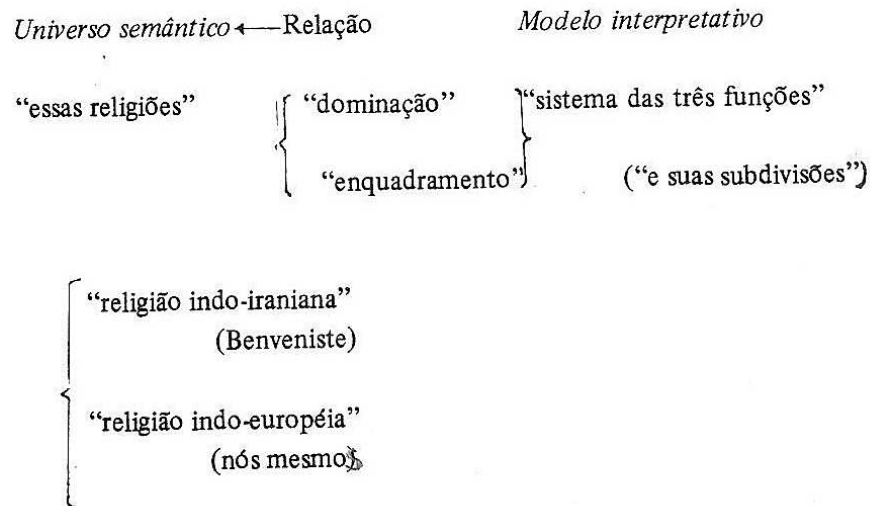
* no qual se funda e se sustenta: lugar de um saber incerto, é, ao mesmo tempo, projeto do saber verdadeiro.

3. As performances cognitivas

3-1. Uma nova taxionomia

O fracasso da primeira busca devera-se às insuficiências taxionômicas; é, pois, natural, que a empresa seja retomada pela proposição de uma nova organização taxionômica dos objetos semióticos.

1. Esse ponto de partida consiste na apresentação das aquisições dos "recentes estudos", que se efetua através da referencialização das pesquisas anteriores. Propõe a um tempo o objeto do saber, que é o universo semântico a analisar, e a interpretação que convém dar-lhe:

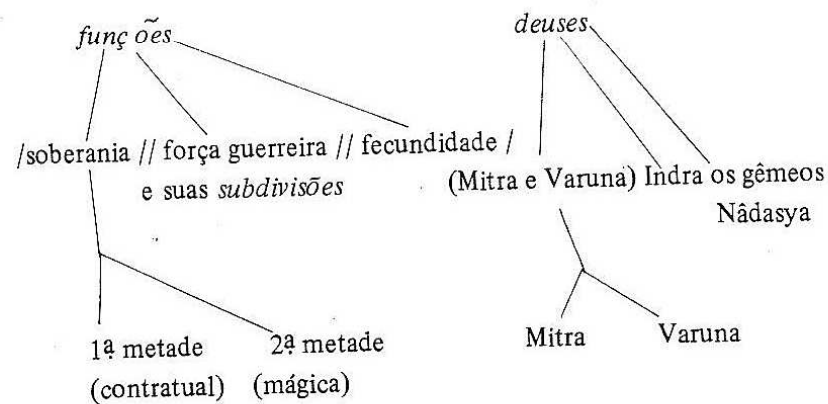


2. O procedimento seguinte é o estabelecimento de um paralelo entre o conceito de *sistema*, que articula de maneira *abstrata* o universo semântico examinado, e o de *série hierarquizada*, que se considera reproduza as mesmas articulações no plano *figurativo* povoado de deuses. Todavia, o paralelismo que se obtém é algo mais que o sim-

ples estabelecimento de dois planos superpostos de "realidade religiosa" - como o termo "patrocinar", que lexicaliza sua relação, faria supor -; trata-se de verdadeira *homologação* dos deuses, considerados como denominações, e de suas definições funcionais, que institui o plano figurativo como plano do *significante* dotado de significado.

Definições
"sistema"

Denominações
"patrocinado por" "série hierarquizada"



Cada nome de deus é, assim, ligado a uma "função" e a nova designação de "deuses funcionais" apenas confirma seu estatuto de *signos*. O progresso taxionômico, em comparação com a primeira tentativa, é notável: de uma lógica de inclusão, que "situava" cada deus em um "domínio", sem interrogar-se a respeito da natureza semiótica de um ou outro, passa-se a uma lógica qualitativa, em que as figuras divinas, consideradas como significantes, são suscetíveis de ser comparadas em seus significados e identificadas por seus *traços* semânticos - termo que aparece no momento oportuno - que os definem.

3. Simultaneamente a essa determinação do estatuto semiótico dos objetos de análise, opera-se um enriquecimento do modelo interpretativo. Passando do conceito de sistema ao de série hierarquizada,

percebe-se que, se o primeiro se apresenta como uma *organização sistêmica* que projeta a estrutura ternária sobre dado campo semântico, o segundo deve ser definido como uma *organização hierárquica*, como uma ordenação ascendente (ou descendente), de acordo com o critério de superioridade (de poder? de situação?). Ora, a homologação das denominações dos deuses et de suas definições funcionais mostra de maneira bastante clara que a ordem, hierárquica, válida para os deuses, não o é menos para as funções. O “sistema das três funções” é, por conseguinte, duplamente articulado e apresenta-se como uma *estrutura ternária hierarquizada*.

3-2. Do conceptual ao textual

1. A primeira vista, o desenvolvimento discursivo desse parágrafo parece corresponder a um procedimento dedutivo. O fazer taxionômico que aí se exerce, toma inicialmente por objeto o conjunto das religiões indo-européias, para considerar, em seguida, apenas suas manifestações particulares, tais como as encontramos

“chez les princes arya de Mitani” e
(entre os principess arya de Mitani)
“dans plusieurs mythes et rituels védiques”.
(em vários mitos e rituais védicos)

Observando-se de perto, percebe-se que não se trata de uma restrição conceptual, mas de uma mudança de atitude em relação aos objetos considerados, da passagem do *universo semântico* “religiões” proposto como conceito não analisado, ao *corpus*, que se apresenta, do ponto de vista filológico, como uma “realidade” *manifestada* e, do ponto de vista histórico, como um “fato” *atestado*, condições que permitem considerá-lo como *referente* dotado de certa materialidade.

Obs.: Essa passagem do conceito
ao *corpus* apoia-se, pois,

em toda uma tradição implícita do fazer científico em ciências humanas, “tradição” que deve conceber-se como o *discurso referencial* global, cuja presença é pressuposta em todas as ciências.

2. Essa mudança de nível referencial, que abandona a manipulação conceptual em favor da análise do *corpus*, acha-se sublinhada pelo surgimento da expressão “*lista hierarquizada*”, que assinala que o *corpus* não deve ser considerado como uma simples coleção de objetos lingüísticos, mas como um *texto* dotado de organização sintagmática. O princípio hierárquico, articulação do modelo das três funções, é interpretado como uma propriedade do texto referencial. A disposição ordinal dos nomes dos deuses nos textos é lida como se significasse sua organização hierárquica. Pouco importa saber se semelhante leitura é legítima. O interesse do procedimento é outro, notadamente o desejo de *validar* os modelos, estruturas construídas, com auxílio das estruturas do referente, que possui uma objetividade, fundada em procedimentos diferentes. O procedimento que visa a circunscrever o objeto de análise toma, assim, o seguinte caminho:

/ universo semântico / —————> / corpus / —————> / texto /

3-3. O fazer comparativo

1. A instalação do referente lingüístico permite compreender melhor o *fazer comparativo*, última etapa do fazer cognitivo no programa científico que examinamos. Ele consiste, em primeiro lugar, na adaptação a um novo objeto dos métodos da gramática comparada, que podem ser apresentados, de uma maneira aproximativa, em forma de umas poucas *regras operatórias*:

(a) estabelecimento de dois *corpus*, presumidos como comparáveis.

(b) determinação das unidades a comparar e de sua distribuição sintagmática no texto

(c) constituição de dois inventários exaustivos e fechados

(d) estabelecimento, no plano do significante, de correlações entre as unidades postas em paralelo.

Trata-se de uma *comparação fonética*, que permite, por exemplo, uma vez completados a segmentação do texto e o reconhecimento das unidades-morfemas, o estabelecimento de uma rede de correlações fonéticas constantes entre duas línguas indo-européias. Semelhante rede de correlações, garantia de seu “parentesco genético”, permite, por sua vez, fundar uma morfologia comparada.

Obs. Esse conjunto de procedimentos comparativos deve ser considerado novamente como o discurso científico inteiro, referencializado e implicitado no discurso atual que examinamos.

Em relação ao primeiro discurso cognitivo, cuja virtude heurística consiste apenas na colocação e na distribuição judiciosas dos trechos de discursos referenciais anteriores, o progresso é notável: ele reside na transposição analógica dos modelos do fazer cognitivo e situa-se ao nível da renovação da *competência narrativa*.

Obs. Fica entendido, contudo, que não se trata de um estudo psicológico e histórico da personalidade científica de Georges Dumézil, mas do discurso-prefácio e de sua “verdade” narrativa e textual.

2. O sucesso desse fazer comparativo não é, entretanto, o objetivo diretamente visado pelo programa narrativo: este se propõe determinar a relação entre os “deuses funcionais” (*estado 1*) e os Arcanjos iranianos (*estado 2*). Em relação a esse programa principal, trata-se apenas, nessa primeira abordagem que compara e identifica os deuses védicos e os deuses de Mitani, de um subprograma de *uso* ou de *mediação*, que permita obter um instrumento-adjuvante, tendo em vista a realização do programa global (o bastão que o macaco vai procurar para derrubar a banana pendurada fora de seu alcance). Ora, o objetivo atingido por esse subprograma não é o aumento do saber que diga respeito ao objeto de estudo (estabelecendo a correlação de mais uma série de deuses, os de Mitani, com às séries de deuses funcionais já conhecidos), mas a aquisição do instrumento metodológico que permita abordar a última fase do programa. Assim como acontece em lingüística comparada, em que o estabelecimento de correlações fonéticas só é pertinente se se situa num contexto mais amplo, o dos morfemas, preliminarmente determinado, a comparação das figuras consideradas em seus *significantes* só pode realizar-se se seus *significados* já estão interdefinidos no quadro de um sistema de oposições “funcionais”.

3. Compreende-se, então, em que consista a “possibilidade de uma outra solução”, isto é, a descoberta científica propriamente dita. Ao nível do fazer cognitivo, ela se manifesta como uma mutação metodológica marcada pela *passagem do comparatismo fonético ao comparatismo semântico*. Como os deuses são signos dotados de significados e estes podem ser analisados em “traços”, a identificação dos traços comuns às duas “listas hierarquizadas” permite estabelecer a rede de correlações semânticas não somente entre as duas séries, mas igualmente entre os dois sistemas considerados. Pouco importa, então, que os nomes dos deuses, situados no plano do significante, não possam ser sempre correlatos foneticamente entre si - podem sofrer transformações semânticas (os epítetos substituem os nomes, por exemplo) ou fonéticas (em razão da convergência de tendências fonológicas contraditórias) -, as “aproximações” entre séries são estabelecidas e as

“relações” entre sistemas premanecem asseguradas. O objeto visado pela busca deixa-se entrever, e a vitória do herói está próxima.

4. A descoberta como evidência

1. A mutação - termo que empregamos para marcar essa ruptura metodológica - acha-se inscrita no contexto discursivo global, cujo mecanismo se deve procurar desmontar.

(a) Apresenta-se este, de início, como a explicitação do fazer cognitivo e de sua integração no esquema narrativo da descoberta, introduzido, no início do parágrafo, como a aparição de “possibilidade de outra solução”. A competência do sujeito cognitivo (“a possibilidade”), transmitida como um *dom*, é reafirmada aqui: “os traços ... *constatáveis*” são traços que se pode constatar, definição subjacente que põe em evidência o / poder-fazer / do sujeito, agindo sobre o objeto “traços”. Todavia, deve notar-se uma diferença e um progresso: enquanto, no primeiro caso, o sujeito estava situado em posição de receptor *passivo*, exerce aqui a competência já adquirida, um fazer receptor *ativo* (2)

(b) Em ambos os casos, o sujeito cognitivo receptor identifica-se, do ponto de vista discursivo, com o *enunciatório*: deve esperar-se, por conseguinte, que o fazer constatativo que ele é chamado a exercer, diga respeito ao discurso de outrem, ou seja, ao discurso referencial para tanto convocado. Ora — surge aqui o primeiro desvio em relação ao discurso “normal” — o objeto de constatação não é o discurso referencial mas o próprio *referente lingüístico*, presente em forma de duas “listas”, que são “aproximadas”. Aquilo que foi dado, de início,

(2) Em francês, si emprega-se numa asserção que nega uma proposição negativa anterior; equivaleria, aproximadamente, ao Port. **como não! claro que sim** (nota do tradutor).

como a possibilidade de uma *solução*, torna-se agora, depois da integração do nível cognitivo, a *constatação*, ou seja, a apreensão, na forma de *traços* comuns, da relação de semelhança entre as duas listas.

(c) O *fazer informativo* que se vê em ação aqui, é, por definição, não modalizado e seguido normalmente do *fazer interpretativo*, que assegura a significação e a solidez da constatação. No caso que examinamos, a instância de interpretação é, sem dúvida, prevista, mas os dois fazeres sucessivos se efetuam em condições que procuram suprimir qualquer distância discursiva entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer. Assim,

— a informação é recebida sem *mediação* (os traços são “imediatamente constatáveis”);

— a interpretação se faz *sem preparação* (“eles não exigem nenhuma preparação para ser interpretados”), isto é, sem o exercício de um *saber-fazer* preliminar.

Basta aproximar essas condições da definição corrente de *evidência*, que é o “caráter do que se impõe ao espírito com tal força que não há necessidade de nenhuma prova para conhecer sua verdade, sua realidade” (cf. definição do *Petit Robert*), para reconhecer que se trata, em nosso caso, de uma forma particular de *modalização epistêmica*, que corresponde, no quadrado que sugerimos mais acima, à posição de / certeza /. Contudo, enquanto a *certeza* é a sanção do fazer interpretativo que se exerce sobre o discurso referencial convocado, a evidência é a constatação de adequação entre o referente e o discurso que o diz.

Essa adequação que se procura dizer explica a inversão da forma discursiva pela qual se tenta traduzi-la: tudo se passa como se o texto referencial, colocado em posição de sujeito, enunciasse por si mesmo sua verdade, tornando o pesquisador não culpado da descoberta.

2. A modalização epistêmica sanciona a apreensão da relação entre as duas “listas hierarquizadas” e o fazer comparativo se termina, assim, pelo estabelecimento de identidades parciais entre os objetos semióticos que aí se inscrevem. Trata-se, pois, da colocação em evidência de um comparatismo semântico de caráter geral, de um procedimento que permite correlacionar duas - ou mais - estruturas sintagmáticas quaisquer, submetidas preliminarmente a um fazer taxionômico, que estabelece os lugares e os critérios de sua comparabilidade. O essencial da “aparição”, isto é, da descoberta aí está. E, contudo, esta não corresponde inteiramente ao objetivo proclamado do discurso de pesquisa, que é a determinação do “processo histórico” situado entre os dois estados religiosos, representados pelas listas paralelas.

Assim também uma nova interpretação do objeto do saber adquirido, uma espécie de elaboração secundária relativa aos resultados seguros é proposta sem mais tardar. Os “traços”, sujeito frástico do fazer comparativo, “levam a ver” nos Arcanjos os herdeiros dos deuses funcionais, convidando, desse modo, o sujeito cognitivo a exercitar sua observação, isto é, a *interpretar* a correlação estrutural e acrônica entre dois textos e duas séries de objetos discursivos como uma *relação diacrônica* entre dois estados e duas espécies de figuras divinas que os representam.

Não nos cabe interrogar-nos aqui sobre o estatuto semiótico dos textos atestados, sobre o fato de que os textos presentes *hic et nunc* são considerados como se projetassem seus significados no passado e fundamentassem, assim, a “realidade histórica”. No entanto, é exatamente nesse salto de realidade textual à realidade histórica que o sujeito cognitivo é “levado” a realizar. Veremos de quais precauções se envolve essa passagem e a quais *restrições* dá lugar.

(a) A relação diacrônica é lexicalizada, várias vezes, em termos de *herança*. Que se tome esse termo em seu sentido genético, como a “transmissão dos caracteres de um ser vivo a seus descendentes”, ou que se considere o herdeiro, do ponto de vista jurídico, como aquele que

“recebe os bens em herança”, o denominador comum das duas definições é a *transferência* das propriedades identificadas de um indivíduo a outro, *de um estado discreto a outro*. Passando do comparatismo textual ao comparatismo histórico, a identificação dos traços é interpretada como a sua transferência, o que não é tão simples. Entretanto, essa transferência é parcial (os Arcanjos são herdeiros dos deuses funcionais somente “sob certos aspectos”); realiza-se sobre um fundo de diferenças, de ruptura entre estados, que implica a própria noção de transferência.

(b) Contrariamente à evidência que sanciona o comparatismo semântico enquanto procedimento cognitivo, a modalização do comparatismo histórico não parece ser de natureza epistêmica: enquanto o julgamento epistêmico é a consequência do fazer interpretativo (ou de sua suspensão, em caso de evidência) e se efetua em seguida a este, o “convite à ver”, situa-se antes do fazer interpretativo, enquanto incitação a seu exercício. Aparece, desse modo, como a abertura de um novo programa que visa a tornar o sujeito cognitivo competente para exercer a interpretação dos dados adquiridos quando da execução do programa precedente (reconhecimento dos traços semânticos comuns): e ainda que compreendido dessa maneira, o “convite” não parece depender da modalidade deôntica enquanto /dever-fazer/, mas apresenta-se antes como um /querer-fazer/, transmitido pelo destinador-texto ao destinatário-sujeito interpretante.

5. Discurso da descoberta e discurso da pesquisa

A *organização discursiva de superfície*, tal como se proclama no terceiro parágrafo, pretende ser a manifestação de um raciocínio de *forma dedutiva*. Com efeito, o parágrafo se articula em três proposições:

“De récentes études ...”

(Estudos recentes ...)

“Or ...”

(Ora...)

“De là ...”

(Donde)

em que as duas primeiras se apresentam como premissas, seguidas de uma terceira que serve de conclusão.

Vimos que, do ponto de vista narrativo, sua organização é completamente diferente. As duas primeiras frases constituem o lugar de manifestação de um programa narrativo da descoberta, programa complexo, composto de um subprograma de uso, instrumental (primeira fase), desvio que permite a realização do programa principal (segunda fase). Quanto à terceira fase, serve para inscrever a passagem do discurso da descoberta à sua manifestação em forma escrita. Se, a propósito dessa execução gráfica, se pode falar de conclusão, não é no sentido lógico do termo mas apenas no sentido mais geral de “arranjo final de um trabalho”.

A terceira fase evoca um discurso inteiramente diferente do precedente, um discurso escrito cuja organização anuncia, em cinco capítulos. Se se reserva, para o primeiro, o nome de discurso da descoberta, guardando, para o segundo, o de discurso da pesquisa *stricto sensu*, o paralelismo entre os dois pode ser representado como no quadro da página seguinte:

Discurso
da
descoberta

Narrativa da vitória	PN principal	2ª frase
	PN de uso	3º parágrafo 1ª frase
Narrativa do revés		2º parágrafo

3ª frase

Capítulo V	3ª função
Capítulo IV	2ª função
Capítulo III	1ª função
Capítulo II	Hipótese de trabalho
Capítulo I	(prelimi- nares)

Discurso
da
pesquisa

O estabelecimento desse paralelo inspira algumas observações:

(1) Os dois discursos, conquanto possuam um tronco comum, desenvolvem seqüências que lhe são próprias. Assim, o discurso da descoberta faz preceder a narrativa do PN que obteve êxito, de uma seqüência que relata o insucesso de um PN anterior. Esse discurso se desenvolve segundo as regras de organização narrativa, bastante conhecidas, que permitem, utilizando a inversão das figuras discursivas que são as provas, a construção da narrativa concebida como a busca de valores efetuada por um *sujeito individual*.

(2) Uma vez que o prefácio é um meta-discurso que conta a história de nossos dois discursos, percebe-se melhor o papel particular que é aí destinado à terceira frase do parágrafo: ela trata da "formulação" da hipótese de trabalho no discurso escrito. No entanto, a "formulação" é mais que a simples mudança da forma de expressão, mais que o índice da passagem do discurso interior ao discurso escrito. A solução do problema, apreendida como *evidência* no primeiro discurso, é apresentada, quando "formulada" no segundo, como uma "hipótese de trabalho", ou seja, como um modelo de interpretação cujo valor epistêmico não é mais o da *certeza*, mas o da *possibilidade*. Fato curioso, cujo mecanismo permanece bastante obscuro, ainda que sua finalidade apareça claramente. Passando do discurso da descoberta, de ordem *individual*, ao discurso da pesquisa, de caráter *social*, a moda-

lização do modelo interpretativo sofre uma transformação: considerado como evidente no plano pessoal, o modelo só pode ser integrado como provável no discurso da ciência, onde deve ser submetido a procedimentos de verificação.

(3) O discurso da pesquisa, que se desenvolve então, apresenta-se como o *discurso social*, isto é, como o discurso conduzido por um *sujeito coletivo*, não só porque torna hipotética a descoberta individual, mas também porque comporta diferente modalização da competência desse novo sujeito: enquanto a descoberta depende de um fazer interpretativo que não exige "nenhuma preparação", as "verificações", ao contrário, pressupõem uma "preparação", ou seja, um *saber-fazer científico*. Esse saber-fazer, por sua vez, não é próprio de um indivíduo: o *discurso falado* de que faz menção na segunda parte do prefácio (de que não podemos ocupar-nos aqui), que se realiza no quadro do seminário de pesquisa da Escola de Altos Estudos, é apresentando como tendo por sujeito um "nós" plural "que não é absolutamente retórico", e no qual o saber-fazer do "pequeno auditório" se exerce ao mesmo tempo que o do conferencista.

(4) O discurso da pesquisa, articulado em / hipótese $\sqrt{5}$ verificação /, serve apenas a duplicar, em certo sentido, o discurso da descoberta: os resultados deste último, adquiridos como *evidentes*, são recolocados em dúvida, hipotetizados, a fim de que, depois de um novo programa cognitivo, sejam verificados e novamente reconhecidos como *certos*. Quanto ao procedimento de verificação, em si mesmo, definido como o exame "do valor de qualquer coisa (em nosso caso, do modelo interpretativo) por uma confrontação com os fatos" (cf. definição do *Petit Robert*), decompõe-se facilmente em procedimentos do fazer cognitivo já reconhecidos antes: convocação dos segmentos referenciais, sua modalização epistêmica e, finalmente, transformação dos julgamentos epistêmicos em julgamentos aléticos, que instauram o discurso objetivo.

(5) Um último ponto permanece obscuro nesse processo de conversão de um discurso em outro, nessa construção do discurso da pesquisa: o tronco comum aos dois discursos não comporta apenas o segmento discursivo que, em seguida à re-modalização, se transforma em enunciado da hipótese de trabalho, mas também a sequência preliminar que, recobrindo todo o primeiro capítulo do livro, reproduz o programa de uso do discurso da descoberta. Quem vêm fazer os deuses dos príncipes de Mitani no “nascimento dos Arcanjos”? - poder-se-ia ingenuamente perguntar.

Com efeito, se a comparação dos deuses védicos e mitanianos, executada com êxito, pode ser identificada como a *prova qualificante* no quadro da narrativa da descoberta, sua transposição não parece impor-se, quando da construção do discurso da pesquisa, uma vez que a hipótese de trabalho é formulada unicamente a partir da constatação da comparabilidade dos traços semânticos. Desde então, pode-se perguntar, já que a reprodução do conjunto do *percurso* da descoberta pareceu necessária, se a descoberta é tão imediata e tão evidente quanto se pretende, se ela não é condicionada, ao contrário, pela escolha preliminar do *lugar* da problemática e do estabelecimento de certo *saber-fazer*. A descoberta científica, ainda que se apresente de modo sensível como uma aparição ou como uma constatação de evidência, obedeceria então à sua própria lógica e deveria ser interpretada, à maneira dos processos genéticos, como um programa coerente cuja finalidade só aparece a posteriori.

6. Reflexão epistemológica

1. A frase que termina a primeira parte do prefácio, constitui, ao mesmo tempo, a retomada da problemática da substituição, enunciada no parágrafo introdutório, e a anáfora das sequências discursivas representadas pelos parágrafos 2 e 3: é o lugar tópico do discurso do prefácio. Resumindo e subsumando a narrativa de uma busca ocorrencial, ela a generaliza na forma de um aforismo:

“acidente freqüente nas chamadas ciências humanas”,

e o faz por meio de um processo simples, que consiste em propor que o que é válido para o discurso intitulado “Naissance d’Archanges”, o é para o conjunto das ciências humanas, que o acidente particular que caracteriza o desenvolvimento desse discurso, é um acidente freqüente nas ciências.

Semelhante generalização nada mais tem de estritamente científico; ela diz respeito, antes, à uma reflexão epistemológica sobre as vias do conhecimento e os limites do esforço humano.

2. Assim, como já tivemos oportunidade de assinalar, o termo *évanouissement* (*desaparecimento*) vem muito a propósito para completar *apparition* (*aparição*), que designa a descoberta: os progressos das ciências humanas, considerados sob o aspecto fenomênico, são regulados, dir-se-ia, no modo fantomático, no ritmo dos desaparecimentos e aparições.

Contudo, o esforço do cientista tende a ultrapassar o plano fenomênico e procura atingir o nível da realidade mais profunda (“... um outro problema, mais *real*”): vimos que o progresso narrativo, quando da busca do saber marcado pela “substituição”, poderia ser interpretado como a negação do / parecer / e a asserção do / ser /.

Entretanto, essa nova “realidade”, resultado da descoberta, não é absoluta, o problema elucidado não é “real”, é “mais real” que o primeiro: uma vez que o primeiro problema, “geralmente considerado” “desde Darmesteter” como real, “desapareceu”, nada pode garantir que a nova solução não tenha o mesmo destino. Uma dúvida fundamental permanece subjacente a todo progresso.

3. O relativismo da categoria do / parecer / e do / ser /, quando projetada sobre o percurso das ciências humanas, considerado como

uma sintagmática, explica seu caráter *acidentado*:

(a) Assim, o percurso de uma ciência humana é constantemente marcado por *acidentes*, isto é, rupturas eventuais que o articulam em descontinuidades;

(b) Essas rupturas são *acidentes*, o que significa que são contingentes.

A descontinuidade, criadora de sentido, e a não-necessidade, forma objetivada da liberdade, caracterizam, pois, esse discurso social.

(c) Mas tais acidentes freqüentes não passam, afinal, de *acidentes*, ou seja, de eventos de superfície que “se acrescentam” ao que é essencial “sem alterar-lhe a natureza”. Os acidentes são modos de produção do saber, não colocam em questão nem o saber nem o inteligível a que visa.

O enunciador termina por um enunciado locativo, “as chamadas ciências humanas”, aí situando sua reflexão sobre as transformações do conhecimento. Denominação ambígua, cujo epíteto “humano” ele recusa assumir, deixando, assim, pairar a dúvida sobre o que ele pretende qualificar exatamente: o objeto excessivamente complexo ou o sujeito demasiadamente frágil dessa busca do saber.

IV. À guisa de conclusão

Os resultados da micro-análise a que procedemos parecem-nos interessantes, na medida em que podem ser retomados à título de hipótese generalizável ao conjunto dos discursos em ciências humanas, e constituir, depois de sua verificação, certo número de pontos de referência estáveis, que permitam uma melhor compreensão dos procedimentos utilizados, quando da produção e da manipulação do saber científico.

(1) O discurso, em ciências humanas, longe de ser linear, aparece como se desenvolvesse em vários níveis ao mesmo tempo, e que, embora possam ser reconhecidos como dotados de autonomia formal, se interpenetram, se interpretam, e se apoiam uns sobre os outros, garantindo assim a solidez e a progressão - relativas, evidentemente - do procedimento de vocação científica. Os três níveis principais que reconhecemos - o discurso cognitivo, o discurso objetivo e o discurso referencial -, comportam por sua vez um nível modal que lhes é próprio, que permite esboçar uma primeira tipologia das modalidades, cujo papel no desenvolvimento discursivo é capital: as modalizações do processo de enunciação distinguem-se nitidamente da dos enunciados que registram os resultados; as modalizações epistêmicas, ligadas à instância do enunciatário, tratam do discurso já constituído, sancionam-no e, referencializando-o, permitem o desdobramento de novos programas de pesquisa.

(2) O exame do texto de Georges Dumézil permitiu-nos fazer uma idéia das relações complexas que entretém o discurso da pesquisa. Tende este a se fazer passar, a qualquer preço - astúcia e vocação ao mesmo tempo - por um discurso objetivo e sociolectal, cujo sujeito seria, a um tempo, um actante coletivo e alguém; o pesquisador-locutor seria apenas o autor-delegado, com o discurso da descoberta, necessariamente personalizado, mas inscrito, como se pode entrever, num algoritmo subjacente, que o rege camufladamente. Relações paradoxais entre o discurso social que não consegue esconder seus laços com o enunciador singular que o produz, e o discurso individual que se deixa guiar por uma finalidade que o ultrapassa.

Independentemente dessas ambiguidades fundamentais, vê-se que se destaca certo tipo de prática científica, feita de continuidades na pesquisa e de rupturas produzidas pela intrusão da descoberta: o evento que constitui cada uma dessas ingerências, é absorvido pela sua integração no discurso social, o que se dá, como vimos, pela reformulação em hipóteses das certezas da descoberta, remodelização que tem por

consequência desdobrar, através de procedimentos de validação, os programas já atualizados.

* Se é próprio da natureza do discurso humano, qualquer que seja, depender definitivamente, do sujeito enunciador que o produz *hic et nunc*, subjetivando-o e relativizando-o, percebe-se, entretanto, de quais precauções, de quais procedimentos complexos se cerca o discurso de vocação científica, em sua busca do saber verdadeiro.

DA MODALIDADE

(Para uma teoria das modalidades)

I. As estruturas modais simples

I.1. O ato

Se se toma como ponto de partida a definição provisória da modalização, segundo a qual esta seria “uma modificação do predicado pelo sujeito (1), pode-se considerar que o *ato* - e, mais particularmente - o *ato de linguagem* - com a condição de que o sujeito modalizador seja suficientemente determinado, é o lugar do surgimento das modalidades.

Todo ato depende de uma realidade desprovida de manifestação lingüística. Assim, o ato de linguagem só é manifestado nos seus resultados e através deles, na qualidade de *enunciado*, enquanto a *enunciação*, que o produz, só possui o estatuto de pressuposição lógica. O ato em geral só recebe a formulação lingüística de duas diferentes maneiras: ou quando é descrito, de maneira aproximada e variável, nos limites do próprio discurso, ou quando é objeto de uma reconstrução lógico-semântica, que utiliza os pressupostos extraídos da análise do enunciado, no quadro de uma meta-linguagem semiótica. Em ambos os casos, o único modo correto de falar dele consiste em dar-lhe uma representação semântica canônica.

A definição ingênua - e menos comprometedora - do ato apresenta-o como “o que faz ser”. Ela permite se reconheça imediatamente uma estrutura hipotática de dois predicados:

(1) V. POTTIER, B. - *Lingüistique Générale*, Paris, Klincksieck, p. 158 e seguinte.

I.2. Os enunciados elementares

A construção do simulacro lingüístico do ato exige, desde logo, uma definição preliminar do predicado, a qual, por sua vez, poderia apenas remeter a tal ou qual concepção da estrutura do *enunciado elementar*: escolha definitiva, pois que decide quanto à força que tomará a teoria lingüística em seu conjunto.

Postulamos que o predicado representa o núcleo, isto é, a relação constitutiva do enunciado, relação cujos termos-limítrofes são actantes. Abstração feita do semantismo que se encontra investido no predicado e que pode ser “expulso”, para ser tratado separadamente, o predicado é suscetível de ser identificado com a *função* lógica, e o enunciado, de receber a forma canônica

$$F(A_1, A_2 \dots)$$

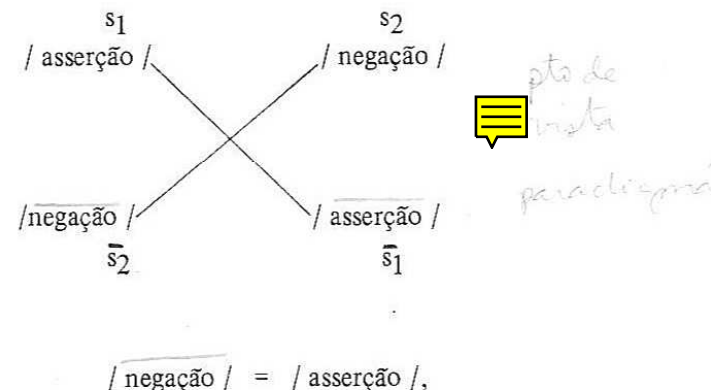
Postulamos também que a função pode ser investida de um mínimo semântico, que permite estabelecer a distinção entre duas funções-predicados: “fazer” e “ser”, e propor, assim, duas formas possíveis de enunciados elementares: *enunciados de fazer e enunciados de estado*.

A fim de dar uma apresentação mais abstrata desses dois enunciados, pode designar-se o predicado “fazer” como a função denominada */ transformação /* e o predicado “ser”, como a função */ junção /*.

Obs. Todavia, os termos “fazer” e “ser” poderão ser empregados, na medida em que não acarretem polissemias incômodas.

I.2.1. A transformação

A *transformação* pode ser considerada, do ponto de vista paradigmático, como uma *categoria semântica* (mesmo que o seu investimento mínimo faça-o parecer um universal da linguagem) e projetado sobre o chamado quadrado semiótico:

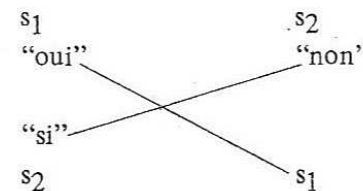


o que dá lugar à definição interna da *contradição*: s_1 e s_2 são contraditórios, se $\bar{s}_2 = s_1$ e $\bar{s}_1 = s_2$; a contradição aparece, desse modo, como um caso particular da *contrariedade*.

Do ponto de vista sintático, ou seja, do ponto de vista das operações que, efetuadas no quadrado, se constituem em seqüências,

$$\bar{s}_2 \neq s_1 \quad \bar{s}_1 \neq s_2$$

Assim, o exemplo francês

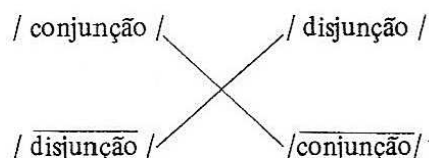


mostra muito bem que “si” não é uma simples asserção, mas um lexema carregado de “memória”, que pressupõe um enunciado de negação anterior (2)

A digressão que efetuamos tem um duplo objetivo. Trata-se de justificar a projeção, sobre o quadrado, das categorias binárias (contraditórias). Trata-se, também, de assinalar uma diferença de tratamento entre a *lógica* (que é de natureza frástica e só opera por substituições) e a *semiótica discursiva* (cujos enunciados possuem, além disso, uma significação posicional).

I.2.2. A junção

A *junção*, tomada como eixo semântico, se desenvolve, por sua vez, em categoria de



Obs.: Aqui também, a posição do objeto de valor no percurso sintático permite distinguir, por exemplo, entre /disjunção/ que caracteriza o objeto que nunca se possuiu, e / conjunção /, estado de objeto ao qual se renunciou.

I.3. Performance e competência

Pode-se dizer que a *junção* é a relação que determina o “estado” do sujeito, por referência a um objeto de valor qualquer; somente as determinações e não uma “essência” do sujeito permitem conhecer alguma coisa a respeito do sujeito e, notadamente, considerá-lo como

“existente”. Para simplificar as coisas, considerando a *junção* como uma categoria binária, dir-se-á que o sujeito pode ser descrito com o auxílio de dois enunciados de estado diferentes,

seja $S_1 \cap O_1$

seja $S_1 \cup O_1$

enquanto a *transformação* (asserção ou negação) dá conta do que acontece, quando da passagem de um estado a outro. Constitutiva de enunciados de fazer, a transformação terá o objeto sintático não mais um valor qualquer, mas um enunciado de estado. Toda transformação produz, pois, uma *junção*, e todo enunciado de fazer rege um enunciado de estado. A representação de tal organização será, então

$S_2 \longrightarrow O_2 \quad (S_1 \bowtie O_1);$

em que $\longrightarrow$ indica a transformação

e $\bowtie$ indica a junção.

Essa organização hipotática de dois enunciados elementares (que corresponde, na língua natural, à expressão “fazer-ser”) pode ser denominada *performance*.

A *performance* não esgota ainda, como se vê, a definição ingênua do *ato*, pois o ato não é um “fazer-ser” mas “o que faz ser”, e “o que ...” constitui, de certa forma, “o ser do fazer” e pode ser formulado como um novo enunciado de estado, hierárquicamente superior, que dá conta da existência virtual, logicamente pressuposta, da instância que produz o fazer. Esse “ser do fazer”, sobre o qual voltaremos a falar, pode, desde logo, ser denominado *competência*, e o próprio *ato* definido como uma estrutura hipotática que reúne a competência e a *performance*, pressupondo a *performance*, a competência, mas não contrário.

Visto que toda modificação de um predicado por outro predicado é definida como uma modalização, tanto a performance como a competência devem ser consideradas como *estruturas modais*.

Obs.: Assim, todo predicado que rege outro predicado, torna-se, por sua posição sintática, um *predicado modal*. Este, embora guardando seu estatuto enunciativo canônico (formador, seja de um enunciado de fazer, seja de um enunciado de estado), pode, então, receber apesar da identidade das lexicalizações nas línguas naturais, novas sobredeterminações

I.4. As modalizações translativas

Puderam ser obtidas as definições da performance e da competência mediante a exploração de duas organizações modais:

— “fazer” que modaliza “ser”  performance

— “ser” que modaliza “fazer”  competência

Percebe-se que restam ainda duas outras modalizações possíveis:

— “ser” que modaliza “ser”

— “fazer” que modaliza “fazer”.

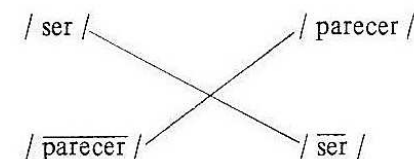
As duas estruturas modais que nos propomos examinar, exigem a presença de duas instâncias modalizantes distintas; o sujeito modalizador deve ser necessariamente diferente do sujeito cujo predicado é modalizado: pode-se dizer que se trata, aqui, de *modalizações translativas*.

I.4.1. As modalidades veredictórias

Um enunciado modal de estado que tenha por sujeito S_1 , é suscetível de ser modificado por qualquer outro enunciado de estado produzido e apresentado pelo sujeito S_2 .

Semelhante esquema pressupõe, quando se trata de *atos de linguagem*, a existência de duas instâncias de enunciator e enunciatário, considerando-se que este último é o sujeito modalizador que sanciona o enunciado produzido pelo enunciator. Essa distinção, necessária no plano teórico, porque permite determinar o modo de geração das modalidades, pode apagar-se, quando se considera apenas o funcionamento prático do discurso: o ator “sujeito falante” é intermitentemente enunciator e actante enunciatário de seus próprios enunciados.

O predicado modal pode ser tratado como uma categoria e decomposto em:



A categoria articula-se em dois *esquemas*:

o esquema $/p \longleftrightarrow \bar{p}/$ chama-se *manifestação*

o esquema $/s \longleftrightarrow \bar{s}/$ chama-se *imanência*.

Comporta dois *eixos*:

o eixo dos contrários chama-se *verdade*

o eixo dos subcontrários chama-se *falsidade*.

Nela encontramos duas *dêixis*:

a dêixis positiva / s + $\bar{p}$ / chama-se *segredo* ↑

a dêixis negativa / $\bar{s}$ + p / chama-se *mentira*. ↓

Impõem-se algumas observações a respeito dessa apresentação da modalidade do “ser”.

(1) Fica entendido que os termos empregados são denominações semióticas, sem nenhuma relação com os conceitos ontológicos aos quais poderiam ser aproximados.

(2) Os termos *manifestação* x *imanência* são emprestados de Hjelmslev mas podem ser utilmente comparados às categorias *superficial* x *profundo*, em lingüística, *manifesto* x *latente*, em psicologia, *fenomênico* x *numênico*, em filosofia, etc. As línguas naturais modalizam, por outro lado, separadamente o plano da manifestação e o da imanência (“é necessário”, “parece possível”, etc). A eficiência dessa distinção nos parece certa, quando da análise dos discursos narrativos.

(3) A categoria / verdadeiro / x / falso / acha-se situada no interior do discurso, e o julgamento de veredicação economiza assim todo referente exterior.

(4) O lexema “ser” é empregado em língua natural, com pelo menos três acepções diferentes; procuramos desfazer sua ambigüidade, substituindo-o por três denominações apropriadas:

(a) corresponde à *junção*, relação constitutiva do enunciado de estado;

EX:

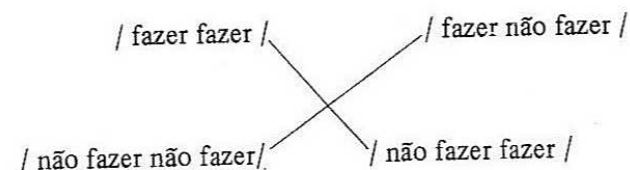
(b) é utilizado para designar a categoria modal da *veredicação*;

(c) designa, ao mesmo tempo, o *termo positivo* do esquema de imanência.

I.4.2. As modalidades factitivas

Todo enunciado modal que tem por predicado “fazer” e por sujeito S_1 é suscetível de modificar qualquer outro enunciado de fazer, cujo sujeito seja S_2 .

A projeção sobre o quadrado dessa modalização do “fazer” pode ser apresentada como



Semelhante apresentação - que utiliza os lexemas da língua natural - tem suas vantagens e seus inconvenientes. Parece sugestiva, quando se trata de explorar um domínio pouco habitual; todavia, considera os predicados modal e descritivo apenas como categorias binárias, o que poderá dificultar mais tarde a descrição dos percursos discursivos das modalizações (cf. I.2.1.). Como se trata, por hora, de propor apenas a existência de um lugar autônomo da modalização, e não de lhe dar uma representação canônica definitiva, consideramos tal procedimento justificado. Da mesma forma, pensamos que as denominações mais ou menos motivadas das posições modais (tais como por exemplo, “ordenar” e “impedir”, para o eixo dos contrários) são prematuras, neste estágio.

Essas modalidades, tradicionalmente chamadas *factitivas*, apresentam-se, à primeira vista, como espécies de imperativos transferidos, ainda que não estejam necessariamente, como estes últimos, em sincretismo com a modalidade do / poder /.

Essas modalidades devem ser aproximadas e, ao mesmo tempo, distintas da *relação transitiva* que se estabelece entre o sujeito e o objeto dos enunciados de fazer, e define o predicado descritivo; a *relação factitiva* estabelece-se entre o sujeito e um objeto que já é um enunciado de fazer: ela aparece, por isso, como uma relação entre dois sujeitos hierarquicamente distintos, S₂, sujeito modal, e S₁, sujeito do fazer. Assim,

“fazer fazer um terno” $\cong$ “fazer que S₁ faça um terno”

“fazer saber” $\cong$ “fazer de modo que S₁ aprenda alguma coisa”

“fazer crer” (persuadir) $\cong$ “fazer de modo que S₁ faça um julgamento de certeza a respeito de alguma coisa”

Vê-se que o campo de exercício da modalização factitiva, que é difícil delimitar, nesse estágio do exame, recobre, totalmente ou em parte, os conceitos de comunicação, de representação, de delegação, etc. Um exame mais profundo faria provavelmente aparecer essa modalidade como um dos universais que podem dar conta de numerosas práticas significantes humanas.

1.5. Encadeamento das estruturas modais simples

A característica comum das modalizações factitiva e veredictória, que é sua *translatividade*, torna-se necessário acrescentar uma outra: não se situam mais no plano do *pragmático*, quadro em que procuramos inscrever o *ato*, mas no plano *cognitivo* que o circunscreve. Assim, a modalização factitiva apresenta-se como um fazer cognitivo que procura provocar o fazer somático; da mesma forma, a veredictão é uma operação cognitiva que se exerce como um *saber* sobre os objetos (do mundo).

A partir desse fundo comum, não se deixará de reconhecer o

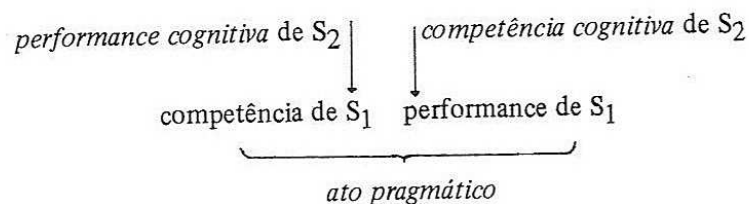
que as distingue, no plano sintagmático: enquanto a modalidade veredictória modifica o predicado que rege, posteriormente e de modo *ascendente* - o enunciado submetido à modalização é considerado como já produzido -, a modalidade factitiva se exerce, de modo *descendente* e funciona como uma espécie de estimulante, suscetível de suscitar a colocação em marcha da competência de um sujeito diferente.

Do ponto de vista da *posição sintagmática* que ocupa na representação do encadeamento das atividades humanas, o enunciado modal factitivo se apresenta como um “fazer-ser”, ou seja, como uma *performance cognitiva* do sujeito S₂: como tal, esse enunciado é naturalmente apto a desenvolver-se em programa cognitivo em expansão (assim, “fazer crer” articula-se como um programa do *fazer persuasivo*). Mas, ao mesmo tempo, o *objeto* visado por essa performance cognitiva é a virtualização da *competência pragmática*, implicitamente reconhecida, do sujeito S₁.

Por sua vez, a modalização veredictória pode ser interpretada como uma *competência cognitiva* de S₂, que estatui a respeito da *performance pragmática* de S₁.

Obs.: Evidentemente, a competência cognitiva que legitima o “saber-verdadeiro”, admite, por sua vez, uma performance particular (um *fazer interpretativo* que termina no ato cognitivo que é o julgamento). Problema que deve ser tratado separadamente.

Esse primeiro exame sugere a possibilidade de uma representação sintagmática das quatro estruturas modais:



Vê-se que o ato de um sujeito qualquer acha-se como que envolvido por instâncias modalizantes de um segundo sujeito situado na dimensão cognitiva. As duas estruturas modais envolventes são, do ponto de vista sintagmático, pressuponentes e não pressupostas: a performance de S₂, para ter lugar, pressupõe a competência de S₁; a competência de S₂ pressupõe, de seu lado, a existência da performance de S₁. O ato de S₁, embora suficiente a si mesmo, pode inscrever-se, sob certas condições, no percurso cognitivo translativo.

Nesse momento, pode observar-se quanto a organização sintagmática do ato se assemelha à do discurso narrativo ou, antes, ao programa narrativo canônico: este, articulado em dois componentes, a competência e a performance, refere-se geralmente à instância do destinador, encarregado de dar um mandato, de início, ao sujeito e de sancioná-lo em seguida.

II. As sobremodalizações

II.1. A competência e suas sobremodalizações

O estabelecimento do dispositivo sintagmático das modalidades que vimos de propor, é considerado como algo capaz de auxiliar a instalar pontos de reflexão e traçar configurações dos campos epistêmicos, a partir dos quais uma teoria das modalidades poderia ser concebida e construída. Vê-se, por exemplo, que uma *teoria da performance*, englobando a uma só vez o fazer factitivo e o fazer transitivo, poderia desenvolver-se em dois componentes: uma *teoria da manipulação* e uma *teoria da ação*. Desejar-se-ia também que uma teoria paralela, a da competência, que integrasse tanto quanto possível as pesquisas convergen-

tes dos lógicos e dos semióticos, pudesse enfim surgir.

Com efeito, que se trate do “ser do fazer”, da competência pragmática do sujeito disposto a agir, ou do “ser do ser”, da competência cognitiva que o habilita a fazer julgamentos sobre os objetos-enunciados a respeito do mundo, o “ser” ou o “estado” de que falamos, apresenta-se-nos intuitivamente, em ambos os casos, como uma *instância potencial*, em que se situa o conjunto das preliminares do fazer e do ser. Por outro lado, essa instância aparece, empregando-se o termo de G. Guillaume, como o lugar de “tensão” que se estabelece entre o ponto zero e o ponto em que se realiza o fazer ou o ser, estado tenso, suscetível de receber, por isso, como outras tantas balizas, articulações mais finas em forma de *sobredeterminações modais*.

II.2. Inventário provisório

Um inventário provisório dessas sobremodalizações da competência, de nenhum modo restritivo - pois repousa na limitada experiência da análise dos discursos narrativos e nas descrições de algumas línguas européias (alemão, inglês, francês) - pode agora ser proposto. Comporta uma lista de quatro modalidades:

/ querer /
/ dever /
/ poder /
/ saber /

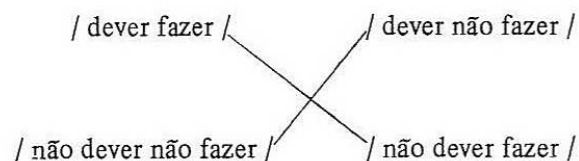
Essas modalidades são suscetíveis de modular o estado potencial chamado competência e reger, assim, os enunciados de fazer e os enunciados de estado, modificando de certa maneira seus predicados.

O inventário proposto é provisório em dois diferentes sentidos: inicialmente, porque não é organizado como taxi onomia; depois, porque não é fechado. Assim, enquanto o semiótico tenderá a interpre-

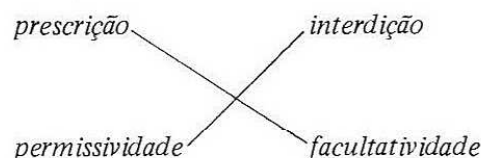
tar espontaneamente o *dever* como o querer do destinador, para o lógico, o *querer* pode aparecer como um dever auto-destinado. A conclusão que se pode tirar, no momento presente, é da possibilidade de estabelecer, em seguida a uma análise ao mesmo tempo sêmica e sintática, um sistema modal inter-definido e auto-suficiente.

II.3. Categorização e denominação

Considerando cada uma das modalidades do inventário como uma forma de modificação do “ser do fazer”, é possível categorizá-las, uma a uma, e projetá-las sobre o quadrado, tornando binários o predicado modal e o predicado “fazer” (Cf.I.4.2.):



A categoria modal assim obtida é suscetível de ser denominada em termos tais como:



O procedimento da *denominação* permite reencontrar, com pequenas modificações, o dispositivo das *modalidades deônticas* utilizado em certas lógicas modais.

Do ponto de vista lingüístico, toda denominação é arbitrária, ainda que possa ser mais ou menos motivada semanticamente, no momento de sua lexicalização. Para tornar-se operatória no plano meta-lingüístico que contribui a fundar, deve comportar uma defini-

ção estrutural que a integre no conjunto coerente dos conceitos de igual nível.

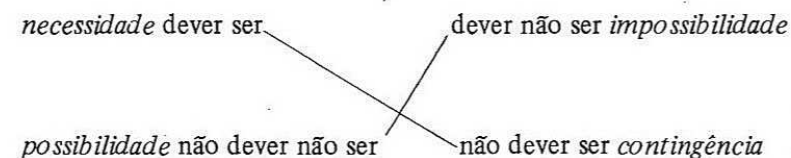
Ora, em nosso caso, o procedimento de denominação consiste no que se poderia chamar a *nominalização*, isto é, na conversão de uma formulação verbal em formulação nominal, que transforma o *predicado modal* em um *valor modal*. Mais que isso, o que é convertido e nominalizado, é o que chamamos uma estrutura modal, uma organização hipotática de um enunciado modal e de um enunciado descritivo, e não apenas o predicado modal. De modo que, por exemplo:

Valor modal
/ interdição / $\cong$ / dever-fazer /

Os valores modais, utilizados em lógica, devem, por conseguinte, ser considerados, do ponto de vista semiótico, como denominações dotadas de definições sintáticas, que são as estruturas modais correspondentes.

II.4. Modalizações do sujeito e do objeto

Utilizando o mesmo procedimento, é possível operar a categorização da estrutura modal de / dever-ser /, dotando, ao mesmo tempo, as posições táxicas obtidas, de denominações correspondentes:



Reconhece-se facilmente no dispositivo assim obtido o das *modalidades aléticas*.

A comparação das modalidades deônticas e aléticas é sugestiva: enquanto suas denominações tendem a separá-las e fazer com que se-

Assim, também, na medida em que a semiótica procura dotar-se de uma taxionomia e de uma tipologia das modalidades, deve evitar as denominações muito apressadas que, semanticamente motivadas, correm o risco de ser maculadas por um relativismo cultural difícil de descobrir, e contentar-se, neste estágio, com as definições modais cuja categorização, utilizando-se um simbolismo muito simples

tomará as formas



Entretanto, a distinção entre as modalizações do fazer e as do ser

(3) Do gr. boule "conselho", "vontade" (N. do Tradutor).

O procedimento da categorização que tentamos promover, permite entrever a possibilidade de uma *taxionomia modal*. Contudo, esta só poderá ser erigida em hierarquia na medida em que uma rede de interdefinições, que recubra o conjunto das categorias modais e articule seus núcleos sêmicos, possa ser erguido. Apesar de algumas tentativas interessantes - mas que se apoiam apenas na intuição - não é o que se dá na hora presente. Do mesmo modo, se se pode conceber a distribuição dos espaços modais a partir dos quais as lógicas modais podem ser construídas, é difícil imaginar como se poderia encaixá-las umas nas outras.

Desde então, pode-se tentar uma abordagem diferente, perguntando-se, na perspectiva propriamente semiótica, se não é possível imaginar e determinar as condições em que as modalidades consideradas seriam suscetíveis de constituir seqüências sintagmáticas ordenadas, ou, na falta delas, percursos sintagmáticos previsíveis. Isso permitiria responder, ao menos parcialmente, a questões ingênuas do tipo: que percurso se adota para chegar, a partir da instância gerativa *ab quo*, do ponto zero, até a instância *ad quem*, até a realização do ato, até a performance? como, por outro lado, se chega, a partir de um simples enunciado de estado, isto é, a partir de determinações quaisquer atribuíveis a sujeitos quaisquer, a um saber assegurado e assumido a respeito do mundo e a respeito do discurso que relata o mundo?

É evidente que seriam impossíveis, na hora presente, respostas

^{epi}
satisfatórias a semelhantes questões. A busca do saber começa sempre, entretanto, a partir de questões ingênuas. Propor a "competência", como um conceito não analisável, é útil num primeiro momento mas insustentável a longo prazo. Tratar as lógicas modais como um repertório é bom; mas poder considerá-las do ponto de vista semiótico, como balizas que marcam etapas sucessivas de um discurso da verdade, seria ainda melhor.

II. Organização da competência pragmática

Considerando-se apenas a competência pragmática, e considerando-a como uma instância potencial pressuposta pelo ato, pode propor-se articulá-la em *níveis* de existência:

(a) Cada nível é caracterizado por um *modo de existência semiótico* particular, e

(b) os níveis mantêm eles a relação de *pressuposição* orientada a partir da performance (que pressupõe a competência).

Obter-se-á, assim:

Competência		Performance
Modalidades virtualizantes	Modalidades atualizantes	Modalidades de realização
dever-fazer querer-fazer	1 poder-fazer 2 saber-fazer	fazer-ser

O esboço de organização sintagmática das modalidades que propomos, só pode ter um estatuto operatório. Esta é sugerida, em parte, por uma longa tradição filosófica; apoia-se, sobretudo, no reconhecimento dos esquemas canônicos da narração, em que se distinguem nitidamente duas instâncias - a da *instauração do sujeito* (marcada pela aparição das modalidades eficientes /dever-fazer/ e /ou /querer-fazer/) e a da *qualificação do sujeito* (as modalidades /poder-fazer/ e /ou /saber-fazer/, que determinam os modos de ação ulteriores -.

Todavia, fato bastante curioso, semelhante organização sintagmática, que se desejaria considerar como canônica, se parece justificar-se *in abstracto*, como o simulacro da passagem ao ato, não corresponde ao que se passa ao nível da manifestação e, notadamente, nos discursos que descrevem a aquisição da competência, que desencadeia performance: o sujeito pode, por exemplo, ser dotado do *poder-fazer*, sem que possua, por isso, o *querer-fazer*, que deveria tê-lo precedido. Trata-se de uma dificuldade que a catálise, a explicitação dos pressupostos não pode resolver sozinha: tudo se passa como que as modalizações sucessivas que constituem a competência do sujeito não proviessem de uma única instância original, mas de várias (de vários destinadores, diríamos em termos de gramática narrativa). A interpretação que propõe distinguir *modalidades intrínsecas* (o querer-fazer e o saber-fazer), opondo-as às *modalidades extrínsecas* (o dever-fazer e o poder-fazer), por muito interessante que seja, não parece trazer ainda uma solução definitiva.

Assim, pensamos que seria oportuno proceder, por hora - em busca de um método apropriado - a confrontações das estruturas modais, procurando homologá-las em pares, a fim de levantar, se possível, critérios de sua compatibilidade.

III. As confrontações modais

III.1. Modalizações aléticas

Para começar - e porque a reunião pela qual optamos nos parece interessante do ponto de vista metodológico - pode-se procurar colocar em paralelo duas categorias modais objetivas, aquelas cujas estruturas modais (correspondentes ao termo s_1 do quadrado) foram inicialmente reconhecidas como / dever-ser / e / poder-ser /.

A operação pode ser concebida como uma série de homologações. São quatro:

- (1) Homologação 1: superposição simples de duas categorias modais articulada em quadrados.
- (2) Homologação 2: superposição de duas categorias com *inversão dos eixos* da segunda modalidade.
- (3) Homologação 3: superposição com *inversão dos esquemas* da segunda modalidade.
- (4) Homologação 4: superposição com inversão das *dêixis*.

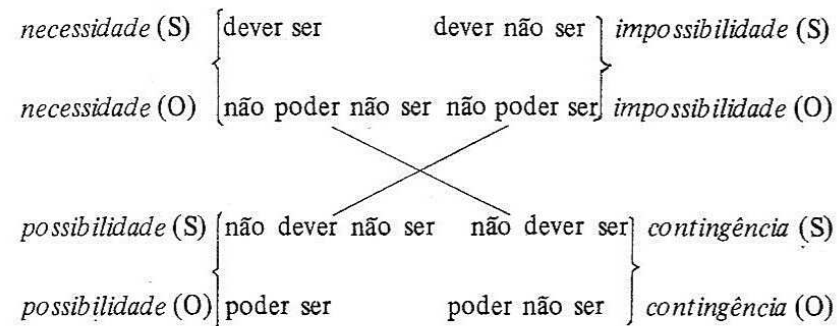
Confrontação de / dever-ser / e de / poder-ser /

I. Compatibilidades

(1) Complementaridades (Homologação 1)

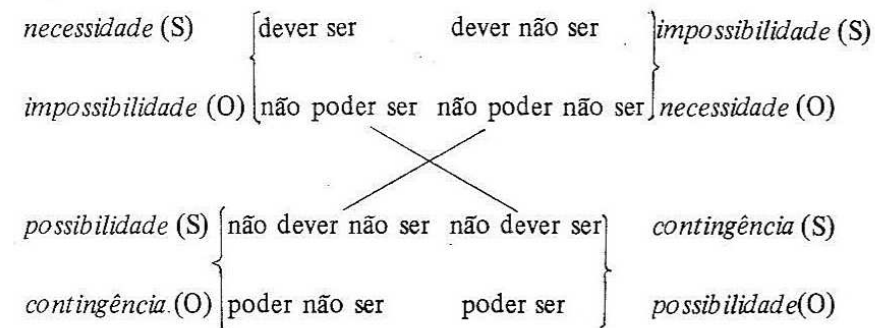


(2) Conformidades (Homologação 2)

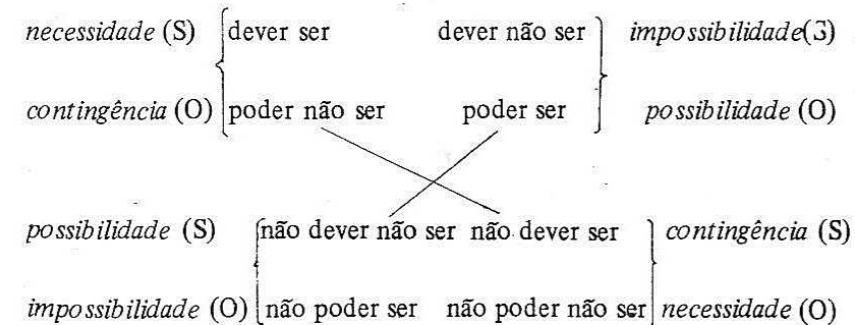


II. Incompatibilidades

(1) Contrariedades (Homologação 3)



(2) Contradições (Homologação 4)



(1) Ao lado das *definições* sintáticas das estruturas modais (que exprimimos em língua natural, mas cuja formulação se encontra em II.4.), julgamos conveniente acrescentar suas *denominações*. Como são arbitrárias, pareceu-nos sugestivo - pois que a intuição a isso convidava - utilizar as mesmas denominações para as duas categorias modais, de modo que, por exemplo,

$$s_1 \text{ (de)} = \bar{s}_2 \text{ (pe)},$$

com o risco de termos de nos interrogar, em seguida, a respeito desse fato inesperado.

(2) As quatro homologações permitem obter a confrontação de dezesseis termos táticos arranjados em pares, dos quais oito são compatíveis, oito, incompatíveis. São *compatíveis* os pares cujos termos pertencem à mesma dêixis, e *incompatíveis*, os termos dependentes de dêixis diferentes.

Por outro lado, distinguem-se dois tipos de *compatibilidade*: a *complementaridade* e a *conformidade*. A *complementaridade* caracteriza dois termos que ocupam a mesma posição tática, e pode ser interpretada como a possibilidade de sua inscrição no mesmo programa modal (seja marcando a progressão, seja marcando a regressão no processo de modalização). A *conformidade* é o resultado do encontro de dois termos diferentes da mesma dêixis e marca sua concomitância na mesma posição sintagmática do programa modal.

A *incompatibilidade* das estruturas modais é de dois tipos. Dir-se-á *contrariedade*, quando se tratar da confrontação de dois termos em posição tática de contradição, e *de contradição*, quando os dois termos confrontados estão em posição de contrariedade. Em ambos os casos, a incompatibilidade corresponde à impossibilidade de sua inserção no mesmo programa modal e a confrontação em afrontamento.

há seria tal estrutura q. possível a

Obs.: Surge uma dificuldade ao nível do eixo dos subcontrários da terceira homologação, levantando, mais uma vez, a questão de saber se os subcontrários podem definir-se sempre pela relação de contrariedade.

(3) A confrontação das duas categorias modais produz, quando da homologação, um caso particular de *conformidade*, que chega, se se considera suas denominações intuitivas, à sua identificação. Duas interpretações são possíveis. Do ponto de vista paradigmático, o /dever-ser/ denominado *necessidade* apresenta-se como termo igual do contraditório do contrário de /poder-ser/, que é /não poder não ser/, e que se denominou igualmente *necessidade*. Nesse caso, as duas estruturas modais, o /dever-ser/ e o /poder-ser/devem der consideradas *contraditórias*, e essa constatação apresenta-se como o começo da organização taxionômica de nosso inventário provisório das modalidades. Do ponto de vista sintagmático, entretanto, pode-se perguntar se as denominações um pouco apressadas não escondem diferenças situadas em outro nível, se as duas "necessidades", por exemplo, não se distinguem, da mesma maneira como se opõe o "determinismo nos epíritos" ao "determinismo nas coisas". Se fosse esse o caso, se se pudessem distinguir a *necessidade* proveniente do sujeito (coerência dos modelos e da metalinguagem) da *necessidade* proveniente do objeto (resistências do referente), a confrontação dessas duas categorias modais poderia inscrever-se, no programa modal da competência epistêmica, como um segmento no qual se situaria a problemática da *adequação* (enquanto definição possível da verdade).

(4) O modelo de confrontação, obtido com o auxílio de homologações sucessivas, parece-nos utilizável, para testar outras compatibilidades das estruturas modais suscetíveis de inscrever-se num mesmo programa de modalização, tanto do sujeito como do objeto.

III.2. Modalizações deônticas e bulêuticas (volitivas)

Armado com esse procedimento de homologações, podemos voltar agora à competência pragmática, para tentar nova confrontação das modalidades virtualizantes de /dever-fazer/ e /querer-fazer/.

Confrontação de /dever-fazer/ e /querer-fazer/

I. Compatibilidades

(1) Complementaridades



(2) Conformidades



II. Incompatibilidades

(1) Contrariedades



(2) Contradições



A interpretação desse quadro sugere algumas observações.

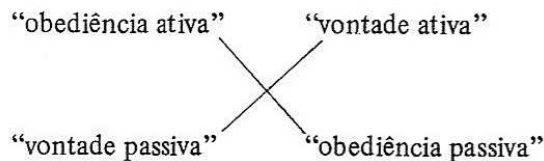
(1) As junções dois a dois efetuadas parecem representar um conjunto de posições modais do sujeito pragmático, no momento em que preenche as condições necessárias à conclusão do contrato, no momento, pois, em que o destinador já transmitiu, com o auxílio da modalização *factitiva*, o conteúdo deôntico de sua mensagem. O sujei-

- to, dotado de duas modalidades distintas, acha-se numa posição que pode dar lugar à *aceitação* (em caso de compatibilidade modal), seja à recusa (em caso de incompatibilidade) do contrato, dependendo da aceitação e recusa ($\cong$ asserção e negação) da performance cognitiva que é a *decisão*.

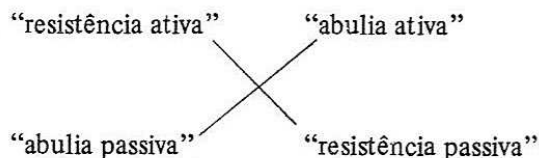
(2) A combinatória simples que obtivemos, comporta oito posições de aceitação e outras oito de recusa.

Obs.: É evidente que a recusa deve ser igualmente considerada como uma forma de contrato: ele não interrompe o desenvolvimento do programa da modalização do sujeito, mas desvia-o para outra direção.

Apesar do caráter muito aproximativo das denominações - e desta vez, só denominamos os eixos das modalidades reunidas - pode-se fazer uma idéia da distribuição dos papéis actanciais do sujeito que *consente*:



e do sujeito que *recusa*:



- (3) Vê-se que semelhante tipologia dos sujeitos intimados a confrontar seus deveres e seus querer depende, ao mesmo tempo, de

uma *semiótica deôntica* e de uma *semiótica bulêutica (volitiva)*, e que pode, simultaneamente, esclarecer certos aspectos da *tipologia das culturas* e, mais precisamente, a descrição das “atitudes” do indivíduo em relação à sociedade. Vê-se, por exemplo, que o contexto cultural europeu valoriza, como “criadores” os papéis actanciais de “vontade ativa” e “resistência ativa”.

(4) As confrontações modais em nada permitem prejudicar a respeito do desenvolvimento sintagmático das modalizações e de seu ordenamento em seqüências. Assim, conforme a prioridade sintagmática atribuída a uma ou outra das estruturas modais, podem prever-se dois tipos de contratos:

contrato injuntivo = /dever-fazer/ $\rightarrow$ /querer-fazer/ *injuntivo?*
contrato permissivo = /querer-fazer/ $\rightarrow$ /dever-fazer/

Obs.: Note-se, todavia, que o contrato permissivo é facultativo: não é pressuposto pela modalização volitiva.

III.3. Sistemas de regras e aptidões dos sujeitos

Um último exemplo será tomado, para propor um modelo de representação dos códigos sociais, isto é, dos sistemas de regras mais ou menos coercivas, implícitas ou explícitas, confrontados com dispositivos comparáveis, que correspondem às diferentes articulações da competência dos sujeitos aos quais se aplicam. Tratar-se-á aqui da confrontação das modalidades do /dever-fazer/ e do /saber-fazer/ mas a justaposição da primeira com a do /poder-fazer/ seria, talvez, tão sugestiva quanto aquela.

Confrontação de / dever-fazer / e /saber-fazer /

I. Compatibilidades

(1) Complementaridades



(2) Conformidades



II. Incompatibilidades

(1) Contrariedades



(2) Contradições



Observações:

(1) A confrontação desses dois tipos de modalidades permite fazer a representação da *aplicação* dos códigos sociais de caráter normativo, tais como

- regras de gramática
- regras de jurisprudência

— regras consuetudinárias (códigos de polidez, do *savoir-vivre*), etc.,

aos sujeitos dotados de /saber-fazer/, isto é, de uma espécie de “inteligência sintagmática”, que pode ser tipologizada como um dispositivo de aptidões. Dada a diversidade de isotopias semânticas sobre que tais aplicações podem ser efetuadas, seria pouco prudente, neste estágio, tentar encontrar para cada um desses pares uma denominação apropriada (“o zelo exagerado”, segundo o código de polidez, corresponderá, por exemplo, às “hipercorreções” da gramática).

(2) A confrontação pode ser concebida de duas maneiras diferentes: ao nível da competência, determina os modos de ação eventuais e pode dar lugar ao estabelecimento de uma tipologia dos *papéis sociais*; apreendida em seguida a performances cumpridas, serve para constituir uma grade, em cujo interior poderá exercer-se a *sanção* (exames, ritos de iniciação; qualificação e reconhecimento dos sujeitos, etc.), que é uma forma de verificação, que diz respeito à competência dos sujeitos.

IV. Para concluir

A necessidade, sentida há muito tempo, de introduzir e explicitar o componente modal de uma gramática discursiva a ser criada, deu origem a este texto e às reflexões que nele se inscrevem. O que não passava, no início, de um desejo de assinalar a existência de um lugar de interrogações e de um campo teórico não cultivado, deu lugar a alguns desenvolvimentos mais alentados, a certas formulações provisórias, sem que o imenso domínio de intervenções modais - pensar-se-a primeiramente nas modalidades epistêmicas - seja por isso explorado.

Algirdas Julien Greimas é professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. Lingüista e semiólogo internacionalmente conhecido, é autor de importante obra, constituída de ensaios, artigos, textos teóricos e de aplicação, de que se destacam particularmente: **Sémantique Structurale**, Paris, Larousse, 1966; "Pratiques et Langages Gestuels", número especial de **Langages**, Paris, Didier-Larousse, 1967; **Dictionnaire de l'Ancien Français**, Paris, Larousse, 1968; **Du Sens (Essais Sémiotiques)**, Paris, Éditions du Seuil, 1970; **Essais de Sémiotique Poétique** (obra em colaboração), Paris, Larousse, 1972; **Sémiotique et Sciences Sociales**, Paris, Éditions du Seuil, 1976. **Maupassant. La Sémiotique du Texte: Exercices Pratiques**, Paris, Éditions du Seuil, 1976.

Capa de
CLAUS P. BERGNER

Os dois textos apresentados neste livro, **Semiótica do Discurso Científico** e **Da Modalidade** contêm alguns dos mais recentes resultados das pesquisas realizadas no domínio da Semiótica. Os modelos e a metalinguagem que propõem constituem valioso instrumento para o desenvolvimento de uma lingüística do discurso. Interessam particularmente aos que se dedicam à Lingüística, à Semiótica, à Teoria da Comunicação e da Informação, à Teoria e à Crítica Literária, à Sociologia, àqueles que se preocupam com a problemática da significação, da comunicação e da informação.

Coedição

DIFEL • DIFUSÃO EDITORIAL S.A.

SBPL • SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFESSORES DE LINGÜÍSTICA